



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 022/2026 – 06/04/2026

CONTRATANTE: SAE-Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba-MG

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição, fornecimento e instalação de reservatórios em chapas de aço vitrificado e parafusado, com a capacidade 1000 m³, incluso elaboração do projeto executivo, conforme projetos, planilhas e especificações técnicas constantes do Termo de Referência - Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.231.631,34 (Quatro milhões, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta e um reais, e trinta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/06/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

REGIME DE EXECUÇÃO:

Empreitada por Preço Unitário

PRAZO DE EXECUÇÃO:

09 (nove) meses conforme Cronograma

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

SITE PARA REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA

www.licitanet.com.br

CONTATO P/ FORNECEDORES LICITANET: Fones: (34) 2512-6500 / (34) 3014-6633

WhatsApp – email: fornecedor@licitanet.com.br

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

www.licitanet.com.br

ENVIO DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS EXCLUSIVAMENTE PELO SITE:

www.licitanet.com.br

PREÂMBULO

1. A Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba – SAE, através de sua Diretoria e da Área de Suprimentos, torna público que fará realizar o presente processo licitatório de nº 022/2026, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº 004/2026, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será processado e julgado nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 10.537/2023, Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014 e ainda a Lei nº 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 15/04/2026 a partir das 13h (treze horas).

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 11/06/2026 às 08h59min (oito horas e cinquenta e nove minutos).

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E SESSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:

Dia 11/06/2026 às 09h (nove horas).

SITE PARA REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA: www.licitanet.com.br

2. Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília/DF.

3. A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

4. Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao provedor, através do site <https://licitanet.com.br>.

5. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 054/2025, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA através do site <https://licitanet.com.br>.

6. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data apazada, todas as datas constantes deste instrumento convocatório serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente da SAE.

II – DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresa especializada para aquisição, fornecimento e instalação de reservatórios em chapas de aço vitrificado e parafusado, com a capacidade 1000 m³, incluso elaboração do projeto executivo**, conforme projetos, planilhas e especificações técnicas constantes do **Termo de Referência - Anexo I**.

1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como obras e serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, XII e XXI, “a”, da Lei 14.133/2021, conforme justificativa constante do item 4.2 do Anexo I.

II.1 – DA VISITA TÉCNICA

1. A licitante poderá realizar visita técnica, que tem por objetivo a verificação das condições técnicas, econômicas e administrativas dos locais dos serviços, visando à elaboração de uma proposta consistente e a realização de uma adequada gestão contratual.
2. A inserção de visita técnica no certame irá possibilitar a essa Administração certificar-se de que as licitantes possuem conhecimento acerca dos locais onde os serviços deverão ser executados, bem como poderá usá-la como uma forma de explicitar in loco o escopo do projeto executivo, objeto desse certame, tornando-os conhecedores das diretrizes que deverão orientar a execução.
3. Em processos semelhantes realizados no passado, essa Administração optou também pela realização da visita técnica, momento em que apresentou o local dos serviços aos licitantes e dissipou grande parte das dúvidas existentes, obtendo como resultado propostas com mais acuidade. Em razão disso, opta nesse processo, pela realização da competente visita técnica.
4. A realização da Visita Técnica deverá ser agendada previamente com o Setor de Engenharia da SAE, através dos telefones (34)3268-0469 ou (34)99239-7698, ou na Área Técnica da SAE, à Rua Dr. Saul de Carvalho, 1234 – Bairro Independência, em dias úteis, no horário de 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, com o Engenheiro da SAE, Sr. Igor Vargas, **até o dia anterior à data constante no Preâmbulo deste instrumento convocatório para abertura de propostas e sessão eletrônica.**
5. Para a visita, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da mesma.
6. A Visita Técnica não é obrigatória, porém a empresa licitante que optar pela **não realização** da mesma deverá preencher a Declaração de Renúncia à Visita Técnica, constante do Anexo II do edital.

Observação: A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

III – DA IMPUGNAÇÃO, PROVIDÊNCIAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste edital, mediante petição.
2. **Tanto a impugnação quanto os pedidos de esclarecimentos e providências deverão ser realizados, mediante petição, por forma eletrônica, através do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br>.**
3. Tanto a impugnação quanto os pedidos de esclarecimentos e providências serão respondidos mediante divulgação na internet, através do site <https://licitanet.com.br> e ainda em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
4. A impugnação, pedidos de esclarecimento e providências não possuem efeitos suspensivos.
5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Agente de Contratação, nos autos desta Concorrência.

6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
7. As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

IV – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar desta Concorrência Eletrônica, via internet, qualquer licitante que desenvolva atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação, comprove possuir os requisitos de habilitação exigidos, atenda a todas exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação e que estiverem prévia e devidamente credenciadas perante o Sistema Eletrônico através do site <https://licitanet.com.br>.
2. Poderão ser concedidos os benefícios às empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014, desde que comprovem tal situação.
3. A participação nesta licitação importa à proponente, independentemente de declaração expressa, irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.
4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de proposta serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo a SAE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos.
5. Não cabe às licitantes, após abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I.
6. Como requisito para participação neste certame a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante do Termo de Referência – Anexo I.
7. A licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VI deste Edital.
8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156, inc. IV e §5º da Lei 14.133/2021.
9. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
 - a) Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
 - b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando for o caso, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados (vide item 9.4 do mesmo capítulo);
 - c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável

técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (vide item 9.4 do mesmo capítulo);

d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d.1) Entende-se por impossibilitada de participar da licitação a empresa impedida de licitar/contratar com a SAE e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública.

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) Agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

j) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio*;

k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1. O impedimento de que trata a alínea 'd' será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas 'b' e 'c' poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

9.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.4. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

9.5. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.6. A vedação de que trata a alínea 'h' estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

** Nota Explicativa: A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas, justifica-se porque esta Autarquia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes*

casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de materiais/equipamentos e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar oferecendo lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do Mercado para manipular os preços nas licitações.

10. As licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

11. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

12. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

13. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. As licitantes interessadas em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo(a) Agente de Contratação ou pelo Sistema, nos momentos e tempos adequados.

V – DO CREDENCIAMENTO

1. Para participar deste certame, a licitante deverá estar previamente credenciada no Sistema “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA” através do site <https://licitanet.com.br/>.

2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu/sua representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu/sua representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou à SAE, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros, devendo a licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da senha.

5. A perda de senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. A licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não poderá usufruir dos benefícios da Lei.

7. A licitante deverá encaminhar por meio do Sistema Licitanet, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), podendo ser utilizado o modelo do Anexo V deste Edital.
8. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, ou pela sua eventual desconexão, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu/sua representante, excluía a responsabilidade do provedor do Sistema, do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiro, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
9. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Licitanet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
10. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
11. A SAE **NÃO** possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade do provedor do sistema eletrônico.
12. **Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do site <https://licitanet.com.br/>, conforme instruções nele contidas, e/ou as dúvidas deverão ser sanadas com o suporte técnico do sistema eletrônico através do telefone (34) 2512-6500, WhatsApp (34) 3014-6633 ou e-mail fornecedor@licitanet.com.br.**

VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição do objeto ofertado, incluindo a quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite estabelecidos no preâmbulo, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da mesma.
2. **As propostas registradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será imediatamente desclassificada pelo(a) Agende de Contratação.**
3. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no Sistema.
5. **A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal e as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, prevalecerão estas.**
6. O preenchimento/envio da proposta, bem como de documentos complementares e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. As Microempresas (ME's), Empresas de Pequeno Porte (EPP's) e Microempreendedores Individuais (MEI's) vencedoras deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos Art. 43, §1º da LC nº 123, de 2006.

7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
8. Os documentos que compõem a proposta da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
9. Os documentos complementares à proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, dentro do prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Agente de Contratação no Sistema, para envio da proposta, adequada ao último lance ofertado após a realização da negociação, nos termos do item 40 do Capítulo VIII deste Edital.
10. Os documentos de habilitação e documentos complementares à proposta de preços deverão ser inseridos no sistema na forma digital, em formato PDF (exceto aqueles que necessitem estar em formato XLS), deverão estar legíveis e válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, sob pena de inabilitação ou desclassificação.
11. Só serão aceitos documentos legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

VI.1 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AS MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEGUNDO A LC 123/06 e LC 147/14

Em caso de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei 123/06 e Lei 147/14, será observado o seguinte:

- a) Será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta melhor classificada apresentada por empresa que não estiver amparada pela Lei Complementar 123/2006.
- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar novo preço no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após a notificação por parte da CPL, sob pena de preclusão.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- d) No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no disposto na alínea “b”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea “b”, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 1º. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 2º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, caso apresente alguma restrição pertinente à documentação de regularidade fiscal, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas c/ efeito negativa.

§3º. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

VII – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Instruções gerais sobre a Proposta Comercial:

1. A licitante deverá preencher sua proposta inicial mediante campo próprio, no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.
2. A proposta apresentará a descrição detalhada do objeto da licitação em conformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, devendo inclusive ser mencionada a marca do produto licitado, quando couber;
3. Deverá ser apresentado o Preço unitário de cada item que compõe os custos do objeto, em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;
4. Para os licitantes que apresentarem lances será considerado o último valor ofertado;
5. Definidas as propostas que atendam às exigências desse capítulo, envolvendo o objeto e o valor, o Agente de Contratação elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço.
6. O (a) Agente de Contratação (a) poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.
7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
8. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).
9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
10. Será desclassificada a proposta que não atender o disposto no art. 59 da Lei 14.133/2021, em especial aquelas que:
 - Não se refira à integralidade do objeto;
 - Não atenda às exigências estabelecidas neste Edital ou em diligência;
 - Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos da lei.
11. Os materiais empregados na obra deverão estar, obrigatoriamente, em conformidade com as normas da ABNT pertinentes, devendo ser observadas as especificações constantes do **Anexo I** (Termo de Referência/Memorial Descritivo/Projetos), estando ainda sujeitos à aprovação da SAE.
12. Ocorrendo divergência entre o preço global proposto em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

13. Os preços unitários terão como base referência para cálculos futuros, o mês de apresentação da proposta e deverão ser expressos em moeda corrente nacional.

14. As propostas apresentadas neste certame serão consideradas válidas por no mínimo 60 (sessenta) dias, sendo que as empresas que consignarem prazo inferior, terão a sua proposta desclassificada;

15. A SAE reserva-se o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela licitante vencedora estão compatíveis com os de mercado.

16. As licitantes deverão, para fins de elaboração de proposta, quando houver, verificar e comparar os desenhos (plantas) fornecidos para execução dos serviços.

VIII – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1. No horário estabelecido neste Edital, o(a) Agente de Contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no Sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no do **Capítulo VII** do Edital.

2. O(A) Agente de Contratação poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, as propostas apresentadas, confrontando suas características com as exigências deste Edital e seus Anexos (podendo, ainda, ser analisado pela área requisitante), desclassificando, de forma motivada e registrando no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, que forem omissas, ilegais, apresentarem irregularidades insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

2.1. A desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

3. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo(a) Agente de Contratação.

4. A licitante que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o a mesma não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e as licitantes.

6. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10. O lance deverá ser ofertado pelo valor **TOTAL**.

11. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo Sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

12. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$10.000,00 (dez mil reais) para todos os itens.

13. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo Sistema os respectivos lances.
14. Será adotado para o envio de lances nesta Concorrência o modo de disputa “**ABERTO**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
15. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo Sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
19. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá o(a) Agente de Contratação, assessorado(a) pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
20. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência – Anexo I. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o(a) Agente de Contratação, poderá convocar no Chat Mensagem para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.
21. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
22. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.
23. Sendo efetuado lance manifestamente inexecuível, o(a) Agente de Contratação poderá alertar a licitante/proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do Sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pela proponente.
24. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o Sistema Eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.
25. No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva deste certame, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
26. O(A) Agente de Contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
27. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Agente de Contratação aos participantes, no Sítio Eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>.
28. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública deste certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
29. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.
30. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O Sistema

identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

31. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

32. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

33. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

34. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

35. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

36. O disposto no item 30 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

37. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

37.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

37.2. As regras previstas neste item não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

38. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo Sistema Eletrônico dentre as propostas empatadas.

39. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo Sistema, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para

que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O referido prazo será de **10 minutos**.

40. O(A) Agente de Contratação solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

41. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

42. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes do final do prazo.

43. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

44. A licitante que não encaminhar a proposta final adequada ao último preço ofertado, ou os documentos complementares à proposta (quando for o caso), serão desclassificadas.

IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, e verificará a habilitação da licitante, observado o disposto no Capítulo VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO, deste edital.

2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
 - c.1) Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto desta Concorrência.
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

3.1. A verificação da conformidade das propostas será feita **exclusivamente em relação à proposta classificada em primeiro lugar**. Para tal, será solicitado ao licitante, o envio da **documentação complementar à proposta** no prazo máximo de 02 (duas) horas, via chat no sistema eletrônico Licitanet, preferencialmente em formato PDF (exceto arquivos de planilha que devem ser formato XLS). A documentação complementar, **referente ao valor final proposto**, será conforme abaixo:

e.1) Planilha Orçamentária, com os respectivos preços unitários, conforme modelos do **Anexo I-A**;

e.2) Cronograma físico-financeiro (Conforme Anexo I-A), detalhado em parcelas mensais, contendo barras, percentuais e desembolso, com valores horizontais e verticais, simples e acumulado, ficando reservado, entretanto, ao Contratante, no decorrer da execução do objeto contratual, o direito de proceder às alterações que julgar convenientes em nome do interesse público;

Observações:

- 1) A Planilha orçamentária deverá ter os valores parciais expressos em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 2) A Planilha deverá ser apresentada em Excel, conforme modelo apresentado pela SAE, e seu cálculo deverá ser feito configurando a mesma entrando na janela: **Ferramentas / Opções / Cálculo / Precisão conforme exibido; N° máx.de alterações:0,01 ; N° máx.de iterações: 100**
- 3) Na formação da Proposta de Preços (Planilha), os valores unitários **não poderão exceder aos valores unitários apresentados pela SAE**, nesta licitação, mesmo quando o valor global for inferior ao estimado pela SAE
- 4) Para fins de cumprimento do prazo editalício e celeridade processual, a Planilha de Custos e Formação de Preços **deverá ser preenchida antecipadamente por todos os licitantes**, devido à complexidade, devendo o licitante classificado apenas **adequar** aos valores finais da fase de lances. O formato do arquivo a ser enviado é padrão Excell (.xls ou .xlsx)

3.2. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

3.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

3.4. No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

3.5. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, cabendo diligência por parte do Agente de Contratação, para comprovação da proposta apresentada.

3.6. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

3.7. Não havendo a comprovação da exequibilidade da proposta, esta será desclassificada.

3.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

4. O(A) Agente de Contratação poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

4.1. O prazo poderá ser prorrogado pelo(a) Agente de Contratação pelo mesmo prazo de 2 (duas) horas, por solicitação fundamentada e justificada feita pela licitante através do chat, formulada antes do final do prazo, e formalmente aceita pelo(a) Agente de Contratação.

5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas,

encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra ou prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta. (o item 7 e todos seus subitens serão aplicáveis somente em processos com exigência de amostras).

7.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.2. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de documentação anexa à amostra, esta deverá ser encaminhada juntamente com a amostra.

7.3. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.4. É facultada prorrogação do prazo estabelecido no Termo de Referência para a apresentação de amostra, a partir de solicitação fundamentada por escrito pelo interessado, antes de findo o prazo.

7.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.7. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras reprovadas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 07 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.8. Caso a amostra apresentada se enquadre aos padrões objetivamente estabelecidos no Termo de Referência e demais análises da Secretaria a mesma será APROVADA e o solicitante será sumariamente classificado para aquele item.

7.9. Ao fim, a Sessão Pública para análise das amostras será lavrada em Ata, que será publicada no sítio da SAE, autuada no processo.

7.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9. O(A) Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10. Também nas hipóteses em que o(a) Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

11. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Agente de Contratação verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

X – DA HABILITAÇÃO

1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, fará a verificação de eventual descumprimento das condições de participação do(s) licitante(s) vencedor(es), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, através do link (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>), a qual abrange as seguintes certidões e respectivos órgãos emissores:

TCU	Inidôneos - Licitantes Inidôneos
CNJ	CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
Portal da Transparência	CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
Portal da Transparência	CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

2. Constatada a existência de sanção/impedimento, o(a) Agente de Contratação considerará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar no 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

4. A habilitação e demais documentos exigidos neste Edital, deverão ser anexados no sistema <https://licitanet.com.br/>, preferencialmente na ordem numérica dos itens descrita no Edital, de forma zipada, conforme convocação do Agente de Contratação, **no prazo de 02 horas prorrogável por igual período, contado da referida solicitação.**

5. Os documentos de habilitação necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação serão os previstos nos **itens do Capítulo XI.**

6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº. 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8. A verificação pelo(a) Agente de Contratação ou da entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e endereço respectivos, observando-se que:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza,

- comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- d) Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o(a) licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.
11. Os documentos para habilitação que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão desta Concorrência, com exceção dos atestados de capacidade técnica e de demais documentos que não possuem prazo de validade.
12. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de *pendrives*, CD's ou DVD's, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.
13. O(A) Agente de Contratação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.
14. Os documentos necessários à participação neste certame estarão disponíveis nos sites www.sae.com.br e www.licitanet.com.br.

XI – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

1. O(s) licitante(s) vencedor(es) do presente certame deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>) em campo próprio, no prazo de 02 (duas) horas a partir da solicitação do Agente de Contratação, os seguintes documentos, em vigor na data de abertura da Sessão Pública:

1.1. PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir;
- e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 1971.

OBSERVAÇÃO: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2. PARA COMPROVAR REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), (art. 68, inciso IV da Lei Federal no 14.133/21 e alterações posteriores);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII -A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei no 5452, de 01 de maio de 1943. (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>), de acordo com a Lei 12440/11 de 7 de julho de 2011.

1.3. PARA COMPROVAR QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório. (TCU, Ac. 1201/2020, Plenário 16/2020, data da sessão 13/05/2020, Relator Vital do Rêgo).
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

Decreto nº 8.538/2015);

b.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/ estatuto social.

b.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

b.5 Em complemento ao item b), a expressão “balanços apresentados na forma da lei” deve ser compreendida da seguinte maneira:

b.5.1. Para empresas obrigadas ao registro na Junta Comercial: O balanço patrimonial em meio físico (PDF) somente possui validade jurídica se estiver devidamente registrado na Junta Comercial competente. Alternativamente, quando apresentado por meio do SPED (ECD), com transmissão e autenticação pela Receita Federal, fica dispensado o registro físico, uma vez que o próprio SPED constitui documento oficialmente autenticado.

b.5.2. Para empresário individual ou MEI: Permanece a exigência de autenticação do livro contábil que contém o balanço, salvo quando este for apresentado por meio do SPED.

Em síntese, o balanço apresentado apenas em formato digital, ainda que assinado eletronicamente, mas sem o devido registro ou autenticação oficial, não atende às formalidades legais. Nessa hipótese, o documento carece de fé pública para fins de comprovação habilitatória, podendo ensejar a inabilitação.

- c) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

OBS: Os índices acima deverão ser demonstrados em memorial de cálculos assinado pelo licitante e pelo contador (constando o seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC), juntando- o ao balanço Patrimonial.

1.4. PARA COMPROVAR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.4.1 Atestado de VISITA À OBRA (expedido pelo Setor de Engenharia da SAE) ou Declaração de Renúncia à Visita Técnica;

1.4.2 Qualificação Técnico-Operacional:

1. Certidão de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;
2. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, diretamente, os seguintes serviços, considerados de maior relevância:

- a) Implantação/montagem e execução a contento e dentro do prazo, de reservatório metálico com revestimento vitrificado com teto semi-plano ou tipo domo geodésico autoportante ou suportado, com capacidade igual ou superior a 750 m³;
- b) Elaboração de projeto executivo de reservatório metálico com revestimento vitrificado, com capacidade igual ou superior a 750 m³;

1.4.3 Qualificação Técnico-Profissional:

1. Certidão de registro do (s) profissional (is) no CREA, detentor de atestado de capacidade técnica;
2. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, comprovando que o profissional, comprovadamente integrante do quadro permanente da licitante, executou como responsável técnico, os seguintes serviços, considerados de maior relevância:

- a) Implantação/montagem e execução a contento e dentro do prazo, de reservatório metálico com revestimento vitrificado com teto semi-plano ou tipo domo geodésico autoportante ou suportado, com capacidade igual ou superior a 750 m³;
- b) Elaboração de projeto executivo de reservatório metálico com revestimento vitrificado, com capacidade igual ou superior a 750 m³;
- c) Projeto e Execução de base/fundação em concreto armado para reservatório metálico com revestimento vitrificado, com capacidade para igual ou superior a 750m³.

Observação 1: Ressaltamos que no Art. 67 da lei 14.133/21 no § 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Observação 2: A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa poderá ser realizada pela apresentação de UM dos seguintes documentos:

- a. Cópia da Carteira de Trabalho Previdência Social (CTPS) e Ficha de Registro de Empregado; ou
- b. Cópia do Contrato Social da empresa em que conste o profissional integrante da sociedade; ou
- c. Cópia de Contrato de Prestação de Serviços regido pela legislação comum com reconhecimento de firma nas assinaturas do Contratante e do Contratado; ou

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- d. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica da licitante junto ao CREA em que conste o nome do profissional como Responsável Técnico da empresa.
- e. Nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a comprovação do vínculo empregatício ou societário poderá ser substituída, alternativamente, por declaração formal de compromisso de contratação futura do profissional técnico, devidamente assinada pelo responsável legal da licitante e pelo profissional indicado. A declaração deverá conter a identificação completa do profissional, seu respectivo registro no conselho de classe competente e o compromisso de vínculo com a empresa para fins de execução do contrato, caso a licitante venha a ser vencedora do certame.

Observação 3: O profissional cujo(s) atestado(s) venha(m) atender às exigências da Qualificação Técnico-Profissional não poderá ser substituído por outro profissional sem prévia autorização formal da Contratante.

Observação 4: É permitida a somatória de atestados para a comprovação das quantidades de serviços exigidas nos itens da Qualificação Técnico-Operacional e da Qualificação Técnico-Profissional.

Observação 5: Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

Observação 6: O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.5. DAS DECLARAÇÕES:

- a) Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a SAE, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo VII deste Edital**;
- b) Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo termina o inciso VI do artigo 68 da Lei Federal 14.133/21, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo VIII deste Edital**;
- c) Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), se for o caso, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo V deste Edital**.
- d) Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo VI deste Edital**.
- e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art.63, IV da Lei nº 14.133, de 2021 (**Anexo IX do edital**).
- f) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º, do inciso IV, do Art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021 (**Anexo X do edital**).

Obs.: A licitante poderá utilizar a **DECLARAÇÃO ÚNICA** fornecida pelo Sistema do Licitanet, para suprir as declarações exigidas no item “1.5” acima.

2. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo(a) Agente de Contratação, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante podendo a autoridade superior, inclusive, proceder o envio dos documentos para o MPMG (Ministério Público do Estado de Minas Gerais), para apuração de prática delituosa, na forma da lei.
3. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.
5. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração da vencedora, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.
6. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem 5 acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
7. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido mesmo prazo para regularização.
8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
9. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
10. No caso de itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC no 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
11. A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
12. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.
13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, a licitante vencedora será declarada habilitada.
14. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou a licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
15. O(A) Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).
17. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
18. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
19. Caso tenha sido definido no Termo de Referência, a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
20. O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá promover AGENDAMENTO, observando as condições fixadas no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
21. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
22. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº. 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
 - 23.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 23.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
24. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

ATENÇÃO: Quaisquer documentos inseridos no sistema e não exigidos neste instrumento convocatório, farão parte dos autos do processo licitatório apenas à critério da Administração Pública. Tal medida visa a economicidade da Administração no consumo de materiais de expediente.

XII – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

1. A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico Licitanet, preferencialmente em formato PDF (exceto arquivos de planilha que devem ser formato XLS).
2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e para fins de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.
8. A(s) Proposta(s) final(is) do(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) conter:
 - a) O número do Processo e o número desta Concorrência;
 - b) Razão Social;
 - c) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - d) Endereço com CEP, telefone e *e-mail* da licitante;
 - e) Preço ofertado, em moeda brasileira, com apenas 02 (duas) casas decimais, sendo que se a proposta apresentar mais casas, estas serão desconsideradas;
 - f) A descrição do objeto da licitação, obedecidas as especificações constantes do **Anexo I** (Termo de Referência/Memorial Descritivo/Projetos).
 - g) Nome, cargo na empresa, nº da identidade e CPF/MF de quem ficará encarregado pela assinatura do contrato;

Atenção: Modelo de Proposta Comercial constante no **ANEXO III**.

Obs.: A licitante vencedora poderá, caso queira, assinar a proposta final emitida pelo Sistema do Licitanet.

XIII – DOS RECURSOS

1. Caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, observando o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
 - a) julgamento das propostas;
 - b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
2. Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “a” e “b” do item 1, serão observadas as seguintes disposições:
 - 3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, imediatamente posterior ao término do julgamento das propostas, do ato de habilitação ou inabilitação, **em campo próprio do sistema**, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão;
 - 3.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
4. O recurso de que trata o item 1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

XIV – ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
 - a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

XV – DO INSTRUMENTO DE CONTRATO E GARANTIA

1. Após a homologação do objeto desta licitação, será providenciado o Contrato Administrativo e a licitante vencedora será convocada para assinar e retirar uma cópia na Área de Suprimentos da SAE, na Rua 33 nº 474 – Setor Sul – Ituiutaba/MG, podendo ainda a SAE efetuar o envio à licitante vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação para assinar o Contrato Administrativo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

1.1 Para fins de assinatura do contrato administrativo, em consonância com o Anexo XI, item 7.1 e seguintes, a licitante vencedora deverá apresentar documentação hábil que comprove que o profissional possui experiência na área de Saúde e Segurança do Trabalho. Para esse fim, serão aceitos documentos como: cópias de contratos de trabalho ou de prestação de serviços, anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), declarações de empregadores ou outros documentos equivalentes.

2. Para a assinatura do Contrato a(s) Empresa(s) deverá(ão) representar-se por sócio que tenha poderes de administração, apresentando o contrato social e suas alterações ou procuração pública ou particular, sendo esta última com firma reconhecida.
3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
 - 3.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato.
4. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

5. A Licitante Adjudicatária deverá apresentar, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e **com prazo de no mínimo 10 (dez) meses**.
- 5.1. Caberá à CONTRATADA manter a garantia durante o período de vigência contratual.
- 5.2. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>.
- 5.3. A Garantia será liberada e devolvida à Contratada, após emissão do Termo de Recebimento Definitivo no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento, ou será executada, caso haja descumprimento das obrigações do Contratado. Caso ocorra prorrogação ou aumento de quantitativo no contrato, a garantia deverá ser complementada.
6. O prazo de duração do presente contrato será **no mínimo de 10 (dez) meses**, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21, ou resolvido a qualquer momento, em razão de descumprimento das cláusulas mediante rescisão ou distrato.
7. **O prazo máximo para a execução da obra objeto deste contrato, contados da data indicada na emissão da ordem de serviços pela SAE é o especificado na CLÁUSULA XXI (DA VIGÊNCIA) deste Edital, respeitado o Cronograma (Anexo I-A).**
8. O prazo máximo para o início da obra objeto deste contrato, contados da data **indicada na emissão da ordem de serviços pela SAE é de 15 (quinze) dias, sob pena de multa por atraso.**
9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
10. Nas alterações unilaterais a que se refere o **inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021**, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento). Nesse caso, as alterações não poderão transfigurar o objeto da contratação.

Atenção: Minuta de Contrato constante no ANEXO IV.

XVI – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

1. Atendendo às exigências contidas no artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto nesta Cláusula e no Termo de Referência.
- §1º A fiscalização da execução dos trabalhos da Contratada será exercida pela SAE, sendo **Gestor** o Gerente de Operação, Sr. Gabriel Alves Nogueira e **Fiscal** o Engenheiro Civil Sr. Igor Vargas, os quais poderão, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo estabelecido pela gestora, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, para aplicação das penalidades cabíveis.
- §2º A fiscalização emitirá “Ordem de Serviços” por escrito à Contratada.
- §3º As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato, farão parte do processo licitatório, constituindo tais registros, documentos legais, em cumprimento ao artigo 67 § 1º da Lei Federal 8.666/93.
- §4º A fiscalização terá poderes para, nos limites do Contrato, preservar todos e quaisquer direitos da SAE.
- §5º Verificada a ocorrência de irregularidades no cumprimento do contrato, o fiscal do contrato comunicará imediatamente por escrito à Diretoria da SAE, a qual tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive a aplicação de penalidades quando for o caso.

§6º A contratada deverá permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, relativamente às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando for solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços, objeto do contrato.

2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à Contratada para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.

3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

4. A Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor para adoção das medidas convenientes, na forma da lei.

6. Caberá ao Gestor de Contrato o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento da contratação.

7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados pela Diretoria.

9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Setor de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

20. A contratada deverá, obrigatoriamente, disponibilizar um Livro “Diário de Obras”, onde serão lançadas todas as ocorrências diárias dos serviços contratados e demais exigências do art. 3º e Anexos da Instrução Normativa 09/2003 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

XVI.1 – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O Regime de Execução será o de Empreitada por Menor Preço Unitário.

XVII – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado da seguinte forma:

I - Em moeda corrente do país, através de Ordem Bancária ou depósito bancário. No caso de depósito bancário, constar no corpo da Nota Fiscal o nome do banco, número da agência e conta corrente.

II- A medição será efetuada em intervalos de 30 (trinta) dias.

§1º. O pagamento ficará totalmente condicionado ao aceite técnico da Fiscalização, sem incidência de qualquer reajuste, correção de preços ou indenizações, na hipótese de constatação de erros e/ou irregularidades na Medição e Nota Fiscal, o prazo ficará suspenso e somente voltará a fluir após a apresentação da Medição e Nota Fiscal corretas.

§2º. Não será permitida previsão de sinal ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento, na formulação das propostas, devendo ser desclassificado, de imediato, o proponente que assim o fizer.

§3º. As Notas Fiscais, obrigatoriamente, deverão ser emitidas somente após a aprovação da respectiva medição;

§4º. Os pagamentos serão efetuados de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado e MEDIÇÃO efetuada pela fiscalização da CONTRATANTE;

I – A medição é considerada como fator determinante do pagamento da parcela efetivamente executada. Caso haja divergência entre o valor medido e o valor apresentado na Proposta da Licitante vencedora, prevalecerá o valor realmente medido.

II - A SAE poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos do edital.

§5º. Somente será feito o pagamento após apresentação de nota fiscal de prestação de serviços ao setor de Projetos e Obras, acompanhada da seguinte documentação:

I. Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários

Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

III. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município;

IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa - CNDT;

VI. Folha de pagamento, devidamente assinada, dos funcionários que prestam os serviços (holerite);

VII. Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF;

§6º. A aceitação dos serviços, para fins de liberação de cada parcela do preço devido, far-se-á mediante verificação da CONTRATANTE, através de seus setores competentes, da perfeita execução dos serviços contratados, através de expediente formal.

§7º. Constatada a exatidão da fatura, quanto aos serviços e obras nela enumerados, atestada a sua perfeita execução pela fiscalização da CONTRATANTE, e juntada a documentação referida no §5º, a CONTRATANTE efetuará o pagamento respectivo, sem incidência no período de qualquer reajuste ou correção de preço, e com a retenção contratual de cada fatura e seguindo as formalidades legais, bem como as previstas no contrato, no caso de multa não quitada.

§ 8º. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva das obras e serviços executados, total ou parcialmente, não prevalecendo a presunção do art. 614, §1º do Código Civil.

§9º. A última fatura, para todos os efeitos, será considerada como referente às obras e serviços executados entre a data de aceitação provisória e a data da fatura anterior, e a sua quitação abrangerá qualquer crédito que a **CONTRATADA** possua junto à **CONTRATANTE** com relação ao contrato, que somente será liberada após a expedição do “Termo de Recebimento Provisório das Obras e Serviços”, e mediante a apresentação dos documentos mencionados no §5º.

I – O pagamento da última parcela devida à **CONTRATADA** somente será efetuado após a comprovação por esta do acerto rescisório de todos os empregados alocados ao serviço.

II - Valores devidos à **CONTRATADA** podem ser retidos, caso não se comprove regularidade de direito trabalhista, fundiário e previdenciário de trabalhador, inclusive de caráter rescisório.

§10. Não será efetuado pagamento se constatadas irregularidades ou atrasos dos serviços, sem que sejam os mesmos sanados pela **CONTRATADA** e aceitos pela **CONTRATANTE** através do responsável credenciado para esta finalidade.

§11. Estão compreendidas no preço ofertado pela Adjudicatária, todos os serviços especificados neste **EDITAL**, e os constantes em seus **Anexos**, bem como as ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica) referentes às execuções de fiscalização, orçamento e direção das obras em nome da **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** de seus Responsáveis Técnicos, além da proposta da **CONTRATADA**, aceitas pela SAE.

XVIII – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

1. O preço ora definido no contrato é fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da consolidação do orçamento estimado ou da data de alteração do preço no contrato.

2. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando no contrato como regra geral os valores praticados no mercado público, coletados através dos Bancos de Preços Públicos, após 12 (doze) meses da data da consolidação do orçamento estimado, firmado através de

proposta comercial, ou da data de alteração do preço do contrato, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

3. Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada.

3.1 O valor a ser contratado poderá ser alterado, com as devidas justificativas, observado o disposto na Lei 14.133/21 e posteriores alterações e demais normas de direito aplicáveis. Em caso de reajuste, terá por base o INCC (Índice Nacional da Construção Civil) verificado no período, sendo nula, de pleno direito, qualquer estipulação de reajuste de periodicidade inferior a um ano.

4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5. A data de consolidação do orçamento será a data da proposta comercial final.

6. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

7. A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência.

8. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

9. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

XIX – DO ADITAMENTO

1. A **CONTRATANTE** poderá autorizar alterações no contrato que decorram ou não variações de seu valor, modificações de quantidade e prazo, mediante termo aditivo, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

XX – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Os créditos necessários à cobertura da presente Licitação estão contidos no orçamento da Autarquia na rubrica **17.512.0014.1.049.4.4.90.51.00** para o presente exercício e equivalentes para exercícios posteriores.

XXI – DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência do Contrato é de **10 (dez) meses** contados da data de sua assinatura, iniciando em __/__/2026, com término em __/__/2027, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.1. Os serviços previstos deverão ser **executados em 9 (nove) meses**, após a emissão da Ordem de Serviços.

2. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos, quando for o caso, poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

XXII – DAS PENALIDADES

1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente à licitações e contratações públicas.

2. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

V – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso II.

4. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta à Administração.

5. Pelo atraso na entrega dos produtos, por culpa imputada ao Fornecedor, e pela sua execução de forma incorreta, poderá ser aplicada multa, a ser determinada do seguinte modo, sem prejuízo de outras cominações cabíveis:

I – Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre a parcela que deverá ser entregue;

II – 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos entregues com problemas técnicos, mais multa de 0,33 (trinta e três centésimos) por cento ao dia se os produtos com problemas técnicos não forem substituídos em até 02 (dois) dias úteis, contados da data em que a Administração tiver comunicado à empresa a irregularidade;

III – 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total do Pedido de Fornecimento emitido a favor do Fornecedor.

5.1. Quando estipulados prazos parciais a multa será calculada pelo percentual correspondente ao prazo de entrega dos produtos, incidente sobre o valor do objeto entregue com atraso.

5.2. Para os fins do subitem anterior consideram-se prazos parciais aqueles estabelecidos para entrega de parte dos produtos, objetivando a sua entrega antecipada.

5.3. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.

5.4. A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente do Fornecedor.

5.5. No caso de cobrança de multa diretamente do Fornecedor, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.

6. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a pessoa jurídica que praticar quaisquer atos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8. As penalidades previstas de advertência, impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa.

8.1. Todas as sanções previstas no item 3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.

10. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11. As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente.

OBSERVAÇÃO: Para sanções relativas às condições resultantes desta contratação, a SAE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora, as penalidades descritas no **Anexo XII** deste edital - **PORTARIA SAE - 025/2024**, dele fazendo parte integrante.

XXIV - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da contratada:

I - Executar os serviços discriminados no Edital e anexos da Concorrência n.º 004/2026, devendo os veículos, materiais e equipamentos a serem empregados, receberem prévia aprovação da SAE, a qual se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados;

II - Fornecer mão-de-obra e todos os materiais para a execução dos serviços, enfim todas as ferramentas e equipamentos para a perfeita execução da obra, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de leis sociais, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e impostos referentes a execução destes serviços;

III - Responder com suporte nos princípios de culpa objetiva por danos causados à SAE ou a terceiros, inclusive os decorrentes de acidentes, mortes, perdas, extravios ou destruição total ou parcial de bens móveis ou imóveis e outros, mesmo que os atos comissivos ou omissivos provocadores dos danos tenham sido praticados por prepostos, terceiros da CONTRATADA;

IV - Se desejar trabalhar aos sábados, domingos, feriados ou fora do horário normal de trabalho, não poderá cobrar da SAE horas extras pelos serviços executados nesses períodos;

V - Garantir as normatizações técnicas da ABNT, pertinente a cada material a ser fornecido.

VI - Apresentar seus funcionários, na execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados e identificados e mantê-los sujeitos às normas disciplinares da SAE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a SAE;

VII - Substituir, sempre que exigido pela SAE, e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina e ao interesse do serviço público;

VIII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução desta obra, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que por ventura sejam criadas pelo governo;

X - Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato. Deverá ainda, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

XI - Durante a execução do empreendimento contratado deverão ser mantidos no canteiro de obra os seguintes documentos:

- a) Cópias de projetos, detalhes e especificações;
- b) Cópia da planilha orçamentária contratada;
- c) Cópia do cronograma físico-financeiro;
- d) Cópia do contrato;
- e) Livro de ocorrências ou Diário de obras (em que deverão ser anotados todos os fatos e problemas ocorridos durante a execução da obra ou serviço) – este ao final será de propriedade da SAE.
- f) Ato de designação do responsável pela fiscalização;
- g) Anotação de responsabilidade técnica – ART (projetos, execução, etc.);
- h) Ordem de serviço;
- i) Registro das alterações ocorridas durante a execução;
- j) Especificações técnicas e memorial descritivo;
- l) Relação dos profissionais que atuarão na obra ou serviço;
- m) Cópia dos boletins de medição com as memórias de cálculo.

XIII - Os profissionais responsáveis pela obra devem ser aqueles indicados na fase de licitação para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme art. 67, § 6 da Lei Federal nº 14.133.

XIV - Aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite estabelecido no art. 125 na Lei Federal nº 14.133.

XV - Apresentar ART dos profissionais que desempenharão a responsabilidade técnica do objeto contratado, de acordo com os níveis de atividades a serem desenvolvidas e atribuições técnicas e legais cabíveis de cada envolvido no empreendimento.

XVI - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme disposto no art. 119 da Lei nº 14.133

XVII - Responsabilizar-se pela segurança de todos os trabalhadores nos serviços objeto deste Termo de Referência, obrigando-se, portanto, ao cumprimento das disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, conforme as normas e portarias aplicáveis do Ministério do Trabalho.

XVIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

XIX - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XX - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

XXI - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

XXII - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

XXIII - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

XXIV - Cumprir demais obrigações presentes no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

XXV - OBRIGAÇÕES DA SAE

Constituem obrigações da contratante:

I - Promover o acompanhamento e a Fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

II - Efetuar pagamento à contratada, conforme prazo e preços estabelecidos neste contrato.

III - Fornecer os projetos, quando for o caso, com indicação dos locais de execução da obra, conforme especificados em planilhas anexas.

IV - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da contratada.

V - Permitir o livre acesso dos empregados da contratada ao local da obra.

VI - Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo fiscal do contrato ou com as especificações constantes do edital ou contrato.

VII - Solicitar que seja feito o serviço recusado, de acordo com o edital e contrato.

VIII - Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes.

IX - Emitir termo de recebimento provisório da obra, que deverá ser assinado pelo responsável no acompanhamento e fiscalização e pelo representante da contratada;

X - Dar o recebimento definitivo da obra no prazo de até 30 (trinta) dias contados do termo de recebimento provisório. Antes da emissão deste termo, a CONTRATANTE efetuará as vistorias regulares para verificar a satisfatória execução do objeto contratado.

XI - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XII - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

XIII - Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

XIV - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XV - Cumprir demais obrigações presentes no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

XXVI – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato poderá ser extinto nas situações previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021, oportunidade em que deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

XXVII – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

1. As condições relativas à aderência das PARTES à Lei Geral de Proteção de Dados estão discriminadas abaixo:

- 1.1. É vedada a veiculação de publicidade acerca desta licitação, salvo se houver prévia autorização da SAE.
- 1.2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 1.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- 1.4. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
- 1.5. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, cópia do documento de identificação, entre outros.
- 1.6. As Partes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela outra Parte.
- 1.7. As Partes ficam obrigadas a comunicar a outra Parte em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

XXVIII – DO FORO

1. As partes **CONTRATANTES** elegem o Foro da Comarca de **ITUIUTABA-MG**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução de qualquer pendência atinente a este contrato.

XXIX – DA ASSINATURA DIGITAL

1. É permitida a assinatura digital de documentos, declarações, proposta, contrato, ata de registro de preços, alterações contratuais mediante assinatura digital.
2. A assinatura digital é gerada a partir do uso do Certificado Digital ICP-Brasil e tem o mesmo valor jurídico da assinatura manuscrita, garantido pela legislação brasileira. Para utiliza-la é preciso subir o documento em um portal de assinaturas e usar um Certificado e-CPF ou e-CNPJ. Nos casos em que o documento for assinado em nome de uma empresa, para assinatura digital ter eficácia jurídica, ela deve ser proveniente do Certificado do(s) representante(s) legal(ais), mencionado(s) no contrato social ou estatuto da empresa.
3. A licitante que optar pela assinatura digital deve possuir certificado digital próprio.
4. A licitante deverá informar a administração que assinará os documentos de forma digital, fornecendo o endereço para verificação da autenticidade da assinatura.
5. O documento enviado a empresa no formato PDF ou outro equivalente para recolhimento da assinatura digital, deverá ser assinado no mesmo dia do recebimento, tendo em vista que o prazo previsto nesses documentos começa a correr da data da sua assinatura.
6. Não é permitida no referente processo licitatório a assinatura digitalizada como forma de documento original, devendo os documentos digitalizados serem encaminhados os originais ou cópias autenticadas no prazo estabelecido neste Edital.

XXX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Da sessão pública desta Concorrência divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.
2. A homologação do resultado desta licitação não implicará o direito à contratação.
3. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
4. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á a do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Administração.
6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
7. Em caso de divergências entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
8. O Edital estará disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br, www.sae.com.br e também poderão ser lidos e obtidos das 07h30min às 17h, no Setor de Licitações, na Rua 33, nº 474, Setor Sul, Ituiutaba/MG SEM ÔNUS, e para maiores informações entrar em contato através dos telefones.

9. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Agente de Contratação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
10. O(a) Agente de Contratação no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto às licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.
11. A participação da licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como as demais normas legais que disciplinam a matéria.
12. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a SAE, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas do fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no Sistema para conhecimento das licitantes.
13. A SAE poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, de forma motivada, os prazos para recebimento das propostas ou para a sua abertura.
14. Os casos omissos da presente concorrência serão solucionados pelo(a) Agente de Contratação e pelas leis e decretos aplicáveis à espécie.
15. Será desclassificada a empresa que exigir pagamento antecipado;
16. As propostas deverão constar: itens, quantidade, discriminação e preço unitário devidamente datadas, carimbadas e assinadas;
17. A cotação deverá ser feita em moeda corrente do país;
18. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o valor unitário e no caso de divergência entre o valor numérico e extenso, prevalecerá o valor por extenso;
19. A entrega da proposta presume pleno conhecimento e entendimento de todas as condições por parte da licitante, e nos termos da Lei, implica a sua aceitação automática, integral e irretratável, motivo por que, após este ato a SAE não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do edital;
20. O objeto deverá ser executado conforme o Edital e a proposta apresentada;
- 21. A empresa adjudicatária deverá, desde logo, ter condições que possibilitem a prestação dos serviços previstos a partir da assinatura do contrato;**
22. A Comissão de Contratação poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos.
23. Compõem o presente instrumento:
 - a) **Anexo I - Termo de Referência / I-A –Planilhas Orcamentárias / Cronograma / BDI / Memória de Cálculo;**
 - b) **Anexo II - Declaração de Renúncia a Visita Técnica;**
 - c) **Anexo III - Modelo de Proposta;**
 - d) **Anexo IV - Minuta do Contrato Administrativo;**
 - e) **Anexo V - Declaração ME/EPP;**
 - f) **Anexo VI - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;**
 - g) **Anexo VII - Declaração de Idoneidade;**
 - h) **Anexo VIII - Declaração que a licitante atende o inciso VI art. 68 da Lei 14.133/21;**
 - i) **Anexo IX - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;**

- j) **Anexo X - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;**
- k) **Anexo XI - Norma Interna de Segurança do Trabalho;**
- l) **Anexo XII – Portaria de Penalidades SAE nº 025/2024.**

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba, em 06 de abril de 2026.

Gabriel Alves Nogueira
Gerente de Operação SAE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Fundamentação: Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” da LF 14.133/21).

A presente licitação tem como objeto a Aquisição, Fornecimento e Instalação de Reservatórios em chapas de aço vitrificado e parafusado com elaboração de projeto executivo com a capacidade 1000 m³, conforme quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Fundamentação: Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da LF 14.133/21).

Os reservatórios de água em sistemas de abastecimento servem para armazenar água tratada e garantir um suprimento contínuo aos locais atendidos. Eles também ajudam a regular o fluxo e a pressão da água, garantindo um abastecimento estável para as comunidades. Os reservatórios asseguram um suprimento constante de água, mesmo durante interrupções no sistema de distribuição ou períodos de alta demanda e ajudam a manter a pressão da água no sistema de distribuição, evitando flutuações que podem afetar o funcionamento dos equipamentos e a qualidade do fornecimento.

Os reservatórios armazenam a água tratada, permitindo que haja uma reserva disponível para atender às necessidades das comunidades em diferentes momentos, especialmente, durante falhas no sistema de abastecimento ou em situações de emergência, evitando ou diminuindo prejuízos e transtornos.

A implantação de novos reservatórios de água tratada atenderá à alguns bairros e setores da cidade que ficam mais afastados dos atuais centros de reservação de água. Em momentos de falta d'água por períodos prolongados, as redes de água destes locais são as últimas a serem abastecidas, causando transtornos à população.

A instalação deste reservatório é necessária para suprir o atual déficit de reservação na cidade de Ituiutaba/MG. Além disso, a instalação do reservatório visa atender às necessidades de melhorias na capacidade de abastecimento da população observando as metas que vem sendo definidas para o curto prazo quanto ao planejamento estratégico.

3. ESTIMATIVA DO PREÇO

Fundamentação: Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “i” da LF 14.133/21).

- 3.1.1. A proposta de preços apresenta as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO. Na tabela a seguir, o resumo dos serviços e o custo final total.

Item	Descrição	R\$ total
1	Aquisição, fornecimento e instalação de 2 (dois) reservatórios metálicos apoiados, capacidade de 1000m³. (Situados nos Bairros: Novo Tempo II e Satélite Andradina)	R\$ 4.231.631,34
TOTAL		

3.2. O valor total estimado da contratação é de R\$ 4.231.631,34, conforme Certidão de Pesquisa de Preços elaborada pela Comissão de Planejamento de Contratação, constando cotações de fornecedores e preços públicos, por meio do sistema auxiliar da SAE.

3.3.

4. EXECUÇÃO DO OBJETO

Fundamentação: Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e” da LF 14.133/21).

- 4.1.1. O objeto consiste na elaboração de projeto executivo, fornecimento, instalação e ativação do reservatório a ser fornecido em chapas de aço vitrificado, com piso de aço também vitrificado e parafusado para armazenamento de água potável.
- 4.1.2. Elaboração, apresentação e execução de Projeto executivo de fabricação, fundação, base e instalação do reservatório conforme item 4.2., incluindo proteção catódica, com respectiva memória de cálculo e apresentação de anotação(ões) de responsabilidade técnica – ART(s) pertinente(s);
- 4.1.3. Fornecimento de reservatório parafusado fabricado em chapas de aço para armazenamento de água potável, revestido em esmalte vitrificado, com piso de aço também parafusado e vitrificado, com teto em domo geodésico de alumínio autoportante e acessórios conforme item 4.2;
- 4.1.4. Fornecimento e instalação de todos os elementos de fixação, com indicação do torque de aperto e em quantidade adequada;
- 4.1.5. Procedimentos qualificados com certificação de inspetores;
- 4.1.6. Emissão de relatório de inspeção na fábrica fornecedora e no recebimento do(s) componente(s) do reservatório, com respectiva ART – Anotação de responsabilidade técnica pertinente quanto aos componentes;
- 4.1.7. Execução das obras de fundação e instalação do reservatório, incluindo fornecimento e instalação de placa de obra, fornecimento e implantação de estruturas de canteiro de obras, assim como manutenção de condições em conformidade com as normas pertinentes;
- 4.1.8. Inspeção final e ensaios no campo conforme item 4.3 desta especificação;

- 4.1.9. Transporte, carga, descarga E armazenamento adequado do material no local de instalação, além da segurança e vigilância dos materiais durante todo período do fornecimento até o aceite definitivo; e,
- 4.1.10. Fornecimento do “data-book”, manual de manutenção em língua portuguesa e desenhos “as built” das instalações e do projeto de fundação e complementares associados ao equipamento no que couber;
- 4.1.11. Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos Projetos, instalação e Execução das obras a serem realizadas conforme prevê o escopo do objeto, inclusive a fundação.
- 4.1.12. Fornecimento de energia elétrica para os serviços de soldas e pinturas dos reservatórios pelo fornecedor contratado por meio de gerador de energia.
- 4.1.13. Implantação e manutenção de canteiro de obras nos locais de execução dos serviços, contendo depósito de materiais e ferramentas, sanitários e demais instalações para convívio/repouso/refeições para a equipe de trabalho, conforme Normas de Segurança específicas. A SAE irá fornecer uma ligação de água provisória para os canteiros de obra.
- 4.1.14. Apresentação, pelo fornecedor contratado, de laudos resultados de inspeções que devem ser realizadas durante a fase de montagem e acabamento dos reservatórios, verificando espessuras de chapas, condições de soldas e espessuras de pinturas aplicadas. As inspeções e laudos deverão ser executados por empresa especializada e independente, a ser contratada pelo fornecedor dos reservatórios.

4.2. LOCALIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS A SEREM FORNECIDOS

- 4.3. Os novos reservatórios serão implantados nos seguintes endereços:

- a. Área destinada à implantação de 01 Reservatório para abastecimento do Bairro Satélite Andradina. (1.000m³)



Figura 5: Entrada do Bairro Satélite Andradina: final da Rua Amid Andraus (antiga Rua Cachoeira Dourada), situação em 04/04/2025.

b. Área destinada à implantação de 01 - Reservatórios para abastecimento da região do Bairro Novo Tempo II. (1.000m³)



Figura 6: Bairro Novo Tempo II, Final da AV Minas Gerais, situação em 08.01.2026

4.4. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS RESERVATÓRIOS A SEREM FORNECIDOS

O reservatório a ser seguido igualmente a imagem ilustrativa abaixo:



Fonte: Google imagens

4.4.1. Pretende-se instalar 02 reservatórios vitrificados iguais, sendo um em um endereço e o segundo em outro endereço, conforme item anterior.

- 4.4.2. As especificações mínimas apresentadas a seguir deverão ser confirmadas em projeto executivo, a ser elaborado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA. Ao dimensionar as cargas e a estrutura na elaboração do projeto executivo, o Responsável Técnico poderá definir espessuras de chapas ou outras especificações que sejam superiores à informada neste Termo de Referência, nunca inferiores.
- 4.4.3. As especificações constantes neste Termo de Referência são as mínimas a serem seguidas pela CONTRATADA e, portanto, não a isentam pela responsabilidade técnica sobre o projeto executivo e sobre a fabricação / montagem dos reservatórios.
- 4.4.4. Reservatório (Novo tempo II e Satélite Andradina): fornecimento e montagem de reservatórios vitrificados parafuso com as dimensões – \varnothing 8,40 x 19,03 m - 1.043,52 m³ com base em concreto armado - \varnothing 8,40 x 19,03 m - 1.043,52 m³ com elaboração dos projetos estruturais e executivo.
- 4.4.5. Os reservatórios deverão conter as especificações abaixo:
- A cor interna e externa do reservatório será DARK BLUE (RAL 5004);
 - Acessórios para os reservatórios:
 - 2 - Bocais \varnothing 300mm e 1 bocal de saída \varnothing 350mm;
 - 2 - Suportes de \varnothing 300mm;
 - 1 - Conjunto extravasor de \varnothing 300mm e 1 conjunto medidor de nível;
 - 1 - Inspeção de teto 0,80 x 0,85 m;
 - 1 - Escada marinheiro em aço galvanizado;
 - 1 - Respiro de teto 250 mm;
- 4.5. - Pontos para extravasores, saídas e entradas serão especificadas pela CONTRATANTE, que deverá ser consultada para estas definições;
- 4.6. - Placa de identificação: instalar placa de identificação do fornecedor contendo número de série e dados do reservatório.
- 4.7.

4.7.1. CARACTERÍSTICAS DE PROJETO E CONSTRUTIVAS

- 4.7.1.1. O projeto estrutural da fundação e base, juntamente com o projeto mecânico e hidráulico do reservatório deverá ser apresentado ao corpo técnico do SAE, antes de sua execução, para aprovação formal e emissão de laudo de liberação. Todos os projetos deverão ser elaborados por profissionais qualificados e habilitados perante o CREA e serão exigidas juntamente com os Projetos a suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs.
- 4.7.1.2. O laudo de sondagem do local onde deverá ser a base do reservatório, encontra-se anexo ao Termo de referência, devendo a CONTRATADA, efetuar os estudos complementares que julgar necessários, sem ônus ao SAE.
- 4.7.1.3. Todo e qualquer outro custo, inerente a estes projetos (SPDA, estrutural, mecânico, hidráulico e de drenagem de fundo), será de responsabilidade exclusiva da empresa

CONTRATADA e deverá estar incluso no custo proposto para a Empreitada por Preço unitário anteriormente mencionada.

4.7.1.4. DA FUNDAÇÃO E BASE

- 4.7.1.4.1.** O projeto deverá seguir as especificações em norma da ABNT NBR, incluindo a NBR 6118:2003.
- 4.7.1.4.2.** O dimensionamento deverá ser feito de forma a sustentar a estrutura do tanque e suas cargas dinâmicas, bem como o máximo volume de água armazenado pelo mesmo. Estas variáveis são advindas do projeto do reservatório, também feito pela CONTRATADA.
- 4.7.1.4.3.** A fundação deverá ser definida pela CONTRATADA, através da análise feita por profissional especializado em fundações. A base deverá ter formato circular com diâmetro igual ao do tanque com acréscimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de borda.
- 4.7.1.4.4.** O projeto estrutural deverá conter alto nível de detalhamento de todas as características técnicas da base, incluindo: o nível de compactação do solo, a espessura da laje de concreto, os diâmetros das ferragens, os detalhes de dobramento, emendas e ganchos, o modo de armação das ferragens, formas, cortes, detalhes e o procedimento completo de execução da base. Todos os documentos deverão ser apresentados em língua portuguesa, de forma clara, legível e compatível para reprodução e análise técnica.
- 4.7.1.4.5.** Deverá conter ainda a especificação de todo o material a ser utilizado (características do aço, tipo de concreto, aditivos de concreto, resistência do concreto em Mpa e outros detalhes pertinentes) e o quantitativo destes materiais (volume de concreto, área de formas, extensão e peso do aço e etc.).
- 4.7.1.4.6.** Em acordo com a agressividade ambiental e as prescrições da norma ABNT NBR 12655 o concreto deverá possuir resistência mínima de classe C40, ou seja, $FCK \geq 40 \text{ MPa}$.
- 4.7.1.4.7.** A impermeabilização da base deverá ser feita através de resina de base polimérica e deverá ser utilizado cristalizantes para estancar as microfissuras.
- 4.7.1.4.8.** A alternativa escolhida deverá ser especificada no projeto e memorial descritivo e a eficiência da mesma deverá ser garantida pela CONTRATADA. A impermeabilização escolhida deverá passar por aprovação do SAE.
- 4.7.1.4.9.** Tanto a forma de fixação como os procedimentos de execução da base para a correta e eficiente fixação do tanque, deverão estar contidos e bem detalhados no projeto. As normas utilizadas como referência no projeto deverão ser citadas.
- 4.7.1.4.10.** As informações exigidas são mínimas necessárias para compreensão do projeto e informações extras, julgadas importantes, poderão ser solicitadas pelo SAE e/ou adicionadas pela CONTRATADA.

4.3.1.2. RESERVATÓRIOS

- **Dimensões**

- As dimensões dos reservatórios metálicos parafusados (diâmetro, altura lateral e altura útil) devem seguir conforme item 4.2 deste TR com borda livre mínima de 0,3 m (entre nível máximo de água em extravasão e cota da ligação teto-costado):
- A disposição geral das estruturas de entrada, saída, descarga e extravasão, bem como os níveis e dimensões, deverão ser submetidos a aprovação da fiscalização da SAE na etapa de elaboração do projeto executivo de fabricação, fundação, base e instalação do reservatório. As derivações devem ter suas extremidades flangeadas e atender a Norma ABNT/NBR 7675.

- **Normas de Referência**

- Norma ABNT/NBR 7675 em sua última versão.
- Norma ANSI/AWWA D103 em sua última versão.
- Norma ANSI/NSF 61 em sua última versão.
- Norma EUROCODE 3 EN1993 em sua última versão.
- NBR 10443 - DETERMINAÇÃO DA ESPESSURA DA PELÍCULA SOBRE SUPERFÍCIE RUGOSA;
- NBR 11003 - DETERMINAÇÃO DA ADERÊNCIA;
- NBR 15239 - TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE DE AÇO COM FERRAMENTAS MANUAIS MECÂNICAS;
- NBR 14951 - SISTEMA DE PINTURA E SUPERFÍCIE METÁLICAS DEFEITOS E CORREÇÕES;
- NBR 7821 - TANQUES SOLDADOS PARA ARMAZENAMENTO DE PETRÓLEO E DERIVADOS;
- API 650 - WELDED STEEL TANKS;
- AWWA _D100 - 96 WELDED STEEL TANKS FOR WATER STORAGE.

- **Cargas de Projeto**

- Para o cálculo do projeto devem ser consideradas, no mínimo, as seguintes cargas:
 - Gravidade Específica (mínimo de projeto deverá ser 1,0)
 - Velocidade do Vento - 160 km/h
 - Fator de Forma - 0,5
 - Carga Dinâmica do Teto. Outras considerações de cargas devem constar do cálculo, de acordo com ambiente específico.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- **Chapas**
 - O material das chapas utilizadas na construção do corpo do reservatório deve atender a Norma ANSI/AWWA D103 ou Norma EUROCODE 3 EN1993, ambas em sua última versão. O efeito de recozimento da chapa (efeito “Annealing”) provocado pelo processo de fusão do revestimento vitrificado deve ser considerado na determinação da tensão de ruptura do aço.
- **Cintas Horizontais**
 - As cintas horizontais de contraventamento devem ser do tipo treliça sendo que o material deve ser aço carbono galvanizado a fogo. Caso alguma proponente não utilize as cintas por razões tecnológicas, na proposta técnica deve constar a justificativa e demonstração através de memorial de cálculo, a razão da não utilização. As cantoneiras de aço não serão aceitas como cintas horizontais.
- **Elementos de Fixação**
 - São considerados “elementos de fixação” os parafusos, porcas e arruelas, bem como eventuais grampos ou dispositivos de fixação utilizados na montagem do equipamento e que tenham sua aplicação em caráter definitivo ou que tenham qualquer tipo de interferência posterior no seu desempenho operacional e vida útil. A proteção anticorrosiva para elementos de fixação deve ser a galvanização a fogo conforme ASTM A 153C e, para uso em ambiente marinho ou industrial agressivo, na área externa, deve receber revestimento adicional, cuja descrição deve constar na proposta técnica.
- **Parafusos**
 - Os parafusos utilizados na junção das chapas devem obedecer aos requisitos mínimos para os materiais descritos abaixo, bem como dimensões e ensaios. O acabamento deve ser galvanizado a fogo conforme ASTM A153 C. Os parafusos e chapas a serem utilizadas deverão ser dimensionados e especificados pelo fabricante do reservatório e responsável técnico.
 - Torque: Na montagem dos parafusos com as características descritas acima, o torque de aperto deve ser 100% controlado e informado na proposta técnica. Encapsulamento da Cabeça do Parafuso Todas as cabeças dos parafusos até as ranhuras na haste devem receber encapsulamento de polipropileno resistente a alto impacto e U.V. Quimicamente, os materiais utilizados deve atender aos requisitos aplicáveis da Portaria nº 888 de 04/05/2021 do Ministério da Saúde.
- **Porcas**
 - As porcas dos parafusos aplicados devem ser compatíveis com os materiais e dimensionamento dos parafusos, devendo ser especificadas pelo fabricante do reservatório e responsável técnico.
- **Arruelas**
 - As arruelas lisas devem ser de material compatível com o das porcas e parafusos.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- **Dispositivo de Fixação e Grampos**
 - Devem ser descritos no projeto e no procedimento de montagem, de forma clara quanto à sua função, características, utilização e desempenho.
- **Elementos de Vedação**
 - Consideramos “elementos de vedação”, os materiais poliméricos utilizados nas juntas de transição, com a função de as tornarem estanques de acordo com o desempenho e vida útil esperada para o equipamento. Os elementos de vedação devem ser usados na selagem das juntas aparafusadas, conexões, bases, bordas de chapas, elementos de fixação e todos os pontos onde houver potenciais percolações de fluídos. Notas: a) As dimensões dos elementos de vedação e suas tolerâncias devem ser especificadas na proposta técnica da proponente. b) Seladores com adesivos que comprometam a salubridade da água e juntas de “neoprene” nunca devem ser utilizados nas superfícies em contato direto com a água.
- **Selante**
 - A especificação do material a ser utilizado na selagem dos segmentos metálicos do reservatório deve obedecer a todos os critérios abaixo identificados:
 - Selante de poliuretano, mono componente, de alto desempenho, aplicável na selagem de segmentos metálicos em tanques.
 - Garantia de adequabilidade ao contato com água potável de acordo com a Portaria nº 888 de 04/05/2021 do Ministério da Saúde.
 - Possuir certificado de conformidade com a Portaria nº 888 de 04/05/2021 do Ministério da Saúde.
 - Resistência a cloraminas, ao ozônio e à radiação ultravioleta; - Manutenção de sua flexibilidade em intervalo de temperatura de 0°C a 40°C; - Vida útil mínima de 20 (vinte) anos sem perdas significativas de suas características originais;
 - Juntas de “neoprene” e seladores tipos aderentes não poderão ser usados. O fornecedor deve apresentar documentação técnica completa e detalhada, com informações quanto ao desempenho do selante em condições de variação frequente de Temperatura x Umidade relativa do ar. Deve ser aplicado sem contato manual em superfície limpa, seca, livre de contaminantes graxos, em temperaturas entre 0 e 40°C e umidade relativa do ar até 70%.
- **Teto em Domo Geodésio**
 - O teto deve ser construído em painéis de alumínio, selados e formando uma estrutura em domo geodésico. O domo deve ter vão livre e ser autoportante desde a estrutura periférica com viga primária horizontal contida por um anel de tensão integral. A carga estática admissível para cálculo do domo não deve ser inferior a 100kgf/m². O reservatório deve ser projetado para suportar o

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

domo de alumínio incluindo todas as cargas dinâmicas especificadas conforme memória de cálculo.

- Materiais: Treliça triangular: Vigas e perfis de alumínio; Painéis triangulares de folhas de alumínio com tipo e espessura a serem definidos pelo fabricante e informados na proposta técnica; Parafusos: alumínio anodizado ou aço inox série 300; Junta e seladora: a serem definidos pelo fabricante e informados na proposta técnica; Aberturas, portas e ventosas: alumínio.

- **Acessórios**

- Nos acessórios ou dispositivos que passem por processo de soldagem, o “gap” (vão/frestas) deve ser preenchido com solda ou massa polimérica semiflexível para não permitir o início de oxidação.

- **Escada Externa e Plataforma**

- A escada externa ao reservatório deve ser fixada no topo, na base e, no máximo, a cada lance de 3 m. A escada deve ser provida de guarda-corpo, desde 2 m acima do piso até, no mínimo, 1 m acima do último degrau, com plataformas intermediárias para cada lance de 5 m. Os degraus da escada devem possuir espaçamento uniforme e com no máximo 0,30 m de distância entre eles. O espaço livre, atrás da escada, não deve ser inferior a 0,18 m. Do ponto de chegada da escada na cobertura até a abertura de inspeção, deve ser previsto guarda-corpo que limite a área de trânsito permitido, sem a utilização de dispositivos especiais de segurança pessoal. No início da escada, deve ser previsto meio de impedir a subida de pessoas não autorizadas. A escada, plataformas e guarda corpos também devem ser fabricados em alumínio ou aço galvanizado, devendo os degraus oferecer condições antiderrapantes. 7.9.3

- **Porta de Inspeção no Teto**

- Deve ser prevista uma porta de inspeção no teto, circular com diâmetro mínimo de 0,6 m ou quadrada com largura/comprimento de 0,6 m. As bordas da abertura de inspeção devem estar pelo menos 0,10 m acima da superfície da cobertura.

- **Porta de Acesso no Costado**

- Deve ser prevista uma porta de acesso no costado com diâmetro mínimo de 0,6 m e todos os detalhes da mesma devem constar no desenho do reservatório.

- **Respiro no Teto**

- O respiro ou dispositivo de ventilação deve ser instalado no centro ou tão próximo quanto possível do centro do teto e sua dimensão de área livre deve ser superior a 1,2 vezes a somatória das áreas das conexões de saída. Deve possuir uma tela de proteção contra animais e folhagem, em aço inox ou alumínio, e cobertura que impeça entrada de água de chuva e limite a entrada de poeira, também em aço inox ou alumínio. O tubo de extravasão não pode sob qualquer alegação, ser considerado como respiro do reservatório.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- **Descarga de Fundo**
 - Deve ser prevista descarga de fundo, situada abaixo do nível mínimo com diâmetro de no mínimo 0,15 m.
- **Indicador de Nível**
 - O reservatório deve possuir um indicador de nível da água, com flutuador em aço inoxidável, com régua numerada (em metros) e ponteiro de indicação que devem ser instalados em posição visível.
- **Dispositivo para Passagem dos Cabos Reguladores de Nível**
 - Na cobertura do reservatório, deve ser previsto um dispositivo que pode ser um flange, que permita a adequada passagem para o exterior, dos cabos elétricos dos reguladores de nível.
- **Dispositivo para Fixação do Eletroduto**
 - Na parte externa do reservatório, na vertical e junto à escada, devem ser previstos dispositivos que permitam a fixação de um tubo de PVC rígido de diâmetro 1", destinado a passagem dos cabos elétricos dos reguladores de nível e do balizamento noturno.
- **Dispositivo para Base de Fixação de Mastro Para-raios no Reservatório**
 - Em atendimento a Norma NBR-5419/2005 da ABNT, deve ser previsto um suporte metálico para fixação da base em alumínio fundido de suporte de mastro Para-raios sobre a cobertura da estrutura do reservatório, para proteção contra descarga atmosférica direta na estrutura. Deve ser previsto que esta base esteja eletricamente ligada a estrutura metálica do reservatório, como descida natural e rigidamente ligado ao anel inferior enterrado de dissipação, formando uma equipotencial através de "jumpers" nas fixações da base do reservatório. A base de fixação deverá ser dimensionada e especificada por responsável técnico mediante apresentação de projeto e memorial de dimensionamento. A empresa contratada deverá fornecer e instalar mastro Para-raios no reservatório
- **Dispositivo para Suporte de Todas as Tubulações de Entrada, Saída e Extravasão**
 - Devem ser totalmente independentes do costado e do teto, com nenhuma transferência de esforços ou vibração à chaparia e devem ser mostrados em detalhes nos desenhos do reservatório.
- **Placa de Identificação**
 - O reservatório deve possuir uma placa de identificação em aço inox com, no mínimo, as seguintes informações: número de série, diâmetro, altura, capacidade útil (m³), capacidade nominal (m³), aplicação e número do Ordem de Compra, mês e ano de instalação. A placa deve ser fixada no costado, locada a aproximadamente 1,50 m do nível do solo, em posição de visão desobstruída e próxima a porta de acesso no costado.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- **Peças Sobressalentes e Ferramentas Especiais**
 - Fornecimento de parafusos, porcas, eventuais contra porcas e arruelas, em quantidade adequada para manutenção, além do respectivo torquímetro para sua aplicação com instruções de uso. Além disso, o fabricante deve relacionar na proposta, demais peças adicionais e ferramentas especiais que considerar necessárias para a adequada manutenção do reservatório.
- **Materiais Utilizados para o Reservatório**
 - Todos os materiais utilizados na composição do reservatório, que tenham contato com a água a ser armazenada no mesmo, não devem alterar a qualidade da água e oferecer riscos à saúde, mediante comprovação conforme os critérios da ANSI/NSF 61 ou certificação do material por um Organismo de Certificação de Produto (OCP) reconhecido pelo INMETRO.
- **PROTEÇÃO CATÓDICA**
 - Em função das características e condições do terreno, das condições ambientais onde será instalado o reservatório com revestimento vitrificado, o fabricante deve analisar e informar na proposta técnica, o tipo de proteção catódica interna e de fundo a ser utilizada. Logo após a montagem do reservatório, o fabricante deve efetuar uma medição no ponto de teste para verificação da diferença de potencial. Essa medição também deve ser realizada pela operação a cada 6 (seis) meses. Os seguintes passos devem ser seguidos para a implantação do sistema de proteção catódica: Serviços de Levantamento e Medições de Campo:
 - Estudo do local para implantação dos retificadores (para sistema com corrente impressa) avaliando os locais com disponibilidade de alimentação elétrica, bem como analisando eventuais interferências que possam comprometer a eficiência do sistema de proteção catódica a ser implantado;
 - Medições das resistividades elétricas do solo. Projeto do Sistema de Proteção Catódica:
 - Elaboração do projeto detalhado de instalação do sistema de proteção catódica interno do reservatório, constando basicamente de relatório com os dados obtidos no levantamento de campo, memorial descritivo, memória de cálculo, lista e especificações dos materiais, desenhos detalhados de instalação, especificações técnicas e procedimentos para montagem, testes, pré-operação, operação e manutenção.
 - Obs.: A proteção catódica por corrente galvânica somente poderá ser utilizada em situações onde não houver possibilidade da utilização do sistema por corrente impressa (inexistência de fontes de energia elétrica disponível) ou se mostre inadequada.
 - Montagem do Sistema de Proteção Catódica:
 - Fornecimento de mão de obra para montagem do sistema de proteção catódica;

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- Implantação dos sistemas de proteção catódica internos ao reservatório;
- Testes de aceitação dos sistemas implantados;
- Entrega de relatórios da implantação dos sistemas de proteção catódica com desenhos “as-built” dos pontos notáveis dos sistemas.

• REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO

○ Pintura

- Deve ser informado na proposta técnica todo o processo de preparação da superfície das chapas e da pintura referente aos revestimentos interno e externo, com o número de demãos e respectivas espessuras finais. A pintura externa do reservatório e a pintura interna deverão ser na cor branca. O reservatório deverá ser identificado com o logotipo da SAE e informação de volume útil do reservatório, cuja arte deverá ser aprovada pelo SAE de Ituiutaba/MG.
- A logomarca da SAE deverá ser pintada nos reservatórios, sendo uma logomarca em cada reservatório.
- A logomarca a ser pintada deverá ter 4,00m de altura e deverá ser posicionada no terço superior do costado dos reservatórios e comprimento proporcional.

	$h = 4,00m$
---	-------------

Observação: A CONTRATADA não poderá adesivar ou pintar a sua logomarca nos reservatórios.

○ Vitrificação

- A vitrificação deve obedecer aos seguintes parâmetros: Jateamento abrasivo - mínimo Sa 2 1/2 Espessura mínima do revestimento interno - 254 μm ou 10 mills Espessura mínima do revestimento externo - 254 μm ou 10 mills Observação: o revestimento vitrificado deve abordar 100% da superfície das chapas de aço, inclusive as bordas laterais (espessuras das chapas) e furos dos parafusos, a fim de se evitar qualquer processo de oxidação e corrosão.

• ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS

- Os materiais e equipamentos a serem utilizados na montagem devem ser adequadamente armazenados no campo. As chapas do costado devem ser armazenadas sobre berços de madeira, quando deitadas, para que não se

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

deformem. Para as chapas calandradas, os berços devem ter a mesma curvatura das chapas e a quantidade máxima por pilha deve ser tal que não deforme as chapas inferiores. Em qualquer caso, as chapas devem ser armazenadas a pelo menos 30 cm acima do nível do solo. As peças pequenas, tais como flanges, luvas e parafusos devem ser armazenados em caixotes e em locais secos. As superfícies usinadas das peças devem ser protegidas contra corrosão por meio de graxa ou outros compostos adequados. As faces dos flanges devem ser protegidas por discos de madeira.

○ MONTAGEM

- O fabricante/contratada deve elaborar um procedimento de montagem e supervisão de montagem do reservatório, o qual deve ser previamente aprovado pelo Município de Porto Belo, contendo a descrição de cada etapa de montagem, prevendo inclusive a Inspeção/Fiscalização do Município de Porto Belo durante a montagem. Deve prever ainda, a instalação do “Anel de Engaste” garantindo que as chapas desse anel sejam devidamente niveladas e seladas conforme norma AWWA D103/09. O procedimento deve incluir a relação dos equipamentos a serem utilizados em cada etapa da montagem, incluindo andaimes e macacos hidráulicos para o levantamento dos anéis durante o processo de montagem ou demais acessórios.

● CUIDADOS ESPECIAIS

- Cuidados especiais devem ser tomados quando do manuseio e parafusamento das chapas, acessórios e partes do tanque para evitar a abrasão e quaisquer danos às chapas e sistema de revestimento. Caso haja dano ou comprometimento do revestimento, o supervisor deverá notificar a empresa com respaldo da SAE, afim de saná-lo antes de (re)iniciar a montagem. Antes do teste hidrostático, todas as áreas superficiais devem ser inspecionadas pelo supervisor/fabricante com acompanhamento da SAE. Os locais de selagem de cada painel podem ser inspecionados previamente à instalação de placas adjacentes. Entretanto, a inspeção da SAE não eximirá o supervisor/fabricante de sua responsabilidade pela permeabilidade.

4.8. INSPEÇÃO, TESTES E ENSAIOS

4.8.1. Inspeção na Fábrica

- Por ocasião da inspeção, o fabricante deve fornecer um “Data Book” que permita a identificação completa do reservatório e acessórios a serem fornecidos. O “Data Book” de Inspeção deve conter, no mínimo, os seguintes documentos:
 - Memorial de cálculo do dimensionamento dos reservatórios;
 - Jogo completo de desenhos de montagem com detalhamento das peças e listas de materiais;
 - Certificado de procedência das chapas;

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- Certificados das chapas de aço do reservatório (composição química, resistência mecânica, etc.);
- Certificados dos parafusos (composição química, resistência mecânica, entre outros);
- Certificado de conformidade com a Portaria nº 888 de 04/05/2021 do Ministério da Saúde dos materiais utilizados para revestimento das chapas do tanque; - Certificado de conformidade com a Portaria nº 888 de 04/05/2021 do Ministério da Saúde, do material utilizado para o parafuso incluindo o encapsulamento da cabeça do mesmo;
- Certificado de conformidade com a Portaria nº 888 de 04/05/2021 do Ministério da Saúde do selante;
- Documento com o procedimento de Montagem do Reservatório contendo a descrição de cada etapa de montagem e incluindo o procedimento de montagem do teto, assim como fluxograma de montagem;
- Plano de pintura de todos os componentes do tanque;
- Relatório de inspeção das espessuras de revestimento das placas do reservatório (processo de vitrificação);
- Relatório de inspeção das espessuras de revestimento das peças revestidas pelo processo de tinta líquida;
- Procedimento de soldagem;
- Relatório de ensaio e inspeção de solda por ultrassom e líquido penetrante;
- Relatório de Teste “Holiday Detector”;
- Relatório de Teste Hidrostático;
- Projetos arquitetônico, hidráulico, estrutural e complementares;
- ART(s) referente(s) a todas as atividades a serem realizadas (Projetos, Execuções e Instalações em geral) - Documento de comprovação de liberação para embarque, quando aplicável.
- Inspeção de Recebimento
 - A inspeção de recebimento será obrigatoriamente efetuada. Esta inspeção de recebimento contemplará todos os itens relacionados no item anterior sendo que o fornecedor deve avisar com até 7 (sete) dias úteis de antecedência, o local onde estarão armazenados os materiais e componentes para a realização da inspeção.
- Ensaios de Campo
 - A contratada deve informar e submeter à aprovação prévia da SAE, a data prevista para a realização de cada ensaio, além da aparelhagem e instrumentos a serem utilizados. Os ensaios aqui exigidos são considerados como requisitos mínimos, sendo que tanto a execução como os custos serão de responsabilidade da contratada.
- Testes “Holiday Detector” de Campo Os testes “Holiday Detector” de campo devem ser aplicados em 100% das chapas do costado após a montagem e antes do ensaio

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

hidrostático sendo que serão de inteira responsabilidade da contratada. A inspeção da SAE deve, obrigatoriamente, acompanhar a realização dos testes.

- Ensaio Hidrostático

- É de responsabilidade da contratada realizar o ensaio hidrostático. O acompanhamento do ensaio será realizado pela Inspeção da SAE. Antes do ensaio, conforme recomendações pela SAE, a contratada deverá fazer a verificação de que se os pinos para controle dos recalques estejam fixados à base do tanque, No caso de vazamentos, o ensaio deve ser repetido após reparos, na chaparia e grauteamento, fechando-se os espaços deixados para saída de água. A água para ensaio hidrostático deve ser a temperatura ambiente e será fornecida pela SAE.

4.9. CANTEIRO DE OBRAS

- 4.9.1. As placas relativas às obras serão fornecidas pela CONTRATADA de acordo com modelos definidos pelo SAE (tamanho mínimo de 2,00x1,50m), devendo ser colocadas e mantidas durante a execução da obra em locais indicados pela fiscalização.
- 4.9.2. As placas de obra serão confeccionadas em chapas metálicas ou outro produto adequado para este fim. A escolha de um ou de outro material deverá ser feita pela fiscalização, em função do tempo de execução da obra. Concluída a obra, a fiscalização decidirá o destino das placas, podendo exigir a permanência delas fixadas ou o seu recolhimento, pela contratada, ao escritório local do SAE. As placas relativas às responsabilidades técnicas pelas obras ou serviços, exigidas pelos órgãos competentes, serão confeccionadas e colocadas pela contratada, sem ônus para o SAE acordo com as normas do CREA.
- 4.9.3. Outros tipos de placas da contratada, fornecedores de materiais e/ou equipamentos, prestadores de serviços, etc, poderão ser colocados com a prévia autorização da fiscalização, observando-se o disposto nas Disposições Gerais.
- 4.9.4. Instalações de obras A CONTRATADA é responsável pela instalação do canteiro de obra com ocupações que garantam a saúde ocupacional conforme norma NBR 1367 e NR18.
- 4.9.5. As providências para obtenção do terreno para o canteiro da obra, caso necessário, inclusive despesas de qualquer natureza que venham a ocorrer, são de responsabilidade exclusiva da contratada. A CONTRATADA poderá instalar o canteiro de obras na área onde será construída a obra, desde que haja espaço suficiente.
- 4.9.6. No canteiro de obras só poderão ser colocadas outras placas ou tabuletas da CONTRATADA, de eventuais subempreiteiros e de firmas fornecedoras após prévio consentimento do SAE, principalmente no que se refere à sua localização
- 4.9.7. A CONTRATADA será responsável até o fim das obras, pela adequada manutenção, limpeza, conservação, eventual renovação da pintura e boa apresentação do canteiro de trabalho e de todas as instalações da obra, nisso incluídos os especiais cuidados higiênicos para os compartimentos sanitários do pessoal.
- 4.9.8. Após a conclusão dos trabalhos, a CONTRATADA deverá remover do local todos os materiais, equipamentos e quaisquer detritos provenientes da obra, o local do canteiro

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

deverá ser completamente limpo, inclusive com serviços de fechamento de poços e fossas, retirada de entulhos, baldrame, fundações, postes, redes, etc. antes de solicitar a aceitação provisória.

4.9.9. Deverá ser fornecido pela Contratada, sem custos para o SAE, o “Time-lapse” em tempo real e imagens aéreas de acompanhamento da obra. Após a conclusão da obra a filmagem deverá ser fornecido para o SAE em meio magnético.

4.10. PROCEDIMENTO DE MONTAGEM, TESTE DE ESTANQUEIDADE E DESINFECÇÃO

4.10.1. A empresa contratada deverá elaborar o diário de obra, devendo este ser entregue à equipe de fiscalização do SAE, uma cópia toda semana até o término de todas as etapas de desembolso.

4.10.2. Deverá ser informado com periodicidade mínima de 10 dias a localização dos materiais caso houver importação.

4.10.3. A montagem do reservatório deverá ser feita estritamente de acordo com os procedimentos salientados no manual de montagem do fabricante e executado por um representante autorizado pelo fabricante, regularmente engajado na montagem de tanques.

4.10.4. Cuidados especiais deverão ser tomados quando do manuseio e parafusagem dos painéis e partes do tanque para evitar a abrasão do sistema de revestimento. Antes do teste com líquido, todas as áreas superficiais deverão ser visualmente inspecionadas pela Contratada e fiscalização do SAE.

4.10.5. O teste denominado “Holiday” deverá ser durante o processo de fabricação. Todos os pontos de vazamento elétrico encontrados na superfície interna deverão ser reparados de acordo com os procedimentos de contato publicados pelo fabricante. Após a finalização do teste e correção dos pontos com vazamentos (caso houver), deverá ser elaborado e entregue ao SAMAE um relatório com os dados e resultados obtidos através do teste.

4.10.6. Os locais de selagem de cada painel poderão ser inspecionados previamente à instalação de placas adjacentes. Entretanto, a inspeção feita pela fiscalização do SAE não eximirá a Contratada de sua responsabilidade pela permeabilidade.

4.10.7. Toda mudança na montagem que não esteja contemplada no projeto aprovado pelo SAE deverá ser discutida com a equipe de fiscalização do SAE e somente poderá ser consolidada se aprovada pela equipe técnica.

4.10.8. Após a conclusão da montagem de todas as partes constituintes do reservatório, deverá ser iniciado o teste de estanqueidade

4.10.9. As interligações hidráulicas necessárias ao início do teste de estanqueidade bem como a água necessária para o enchimento do tanque ficarão à cargo do SAE.

4.10.10. A sua desinfecção, que deverá ser feita mediante processo de cloração aceito pelo fabricante como especificado no método 3 da norma ANSI/AWWA C652-02.

4.10.11. Quando concluída a desinfecção, a CONTRATADA deverá fornecer ao SAE um documento formal autorizando o enchimento do reservatório para que se inicie a operação do reservatório.

4.11. EMBALAGEM

- 4.11.1. Os equipamentos e materiais, aceitos e liberados na inspeção de fábrica devem ser embalados de forma adequada, de acordo com seu tipo, meio de transporte e destino.

4.12. TRANSPORTE

- 4.12.1. A contratada será responsável pelo transporte e entrega de todos os materiais e acessórios que compõem o reservatório até o local indicado para a entrega, incluindo seguro e manuseio de carga e descarga, sendo estes custos inclusos no fornecimento.

4.13. DATA BOOK

- 4.13.1. A CONTRATADA deverá elaborar Data book dos reservatórios contendo:

- Certificado de matéria prima das chapas, das tintas e dos consumíveis;
- Laudo de potabilidade das tintas (epóxi)
- Certificado de qualificação do processo de soldagem e dos soldadores;
- Relatórios dos testes realizados;
- Manual de manutenção preventiva;
- Projetos;
- ART de projeto, fabricação e montagem.

- 4.14. Para recebimento do referido reservatório o mesmo deve estar livre de qualquer tipo de sujeira externa e interna ocasionados pela sua montagem.

5. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- 5.1. A garantia do costado, da base e do teto deverá ser de no mínimo 10 (dez) anos. Qualquer falha que possa ocorrer devido à instalação inadequada ou qualidade dos materiais instalados será custeada pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o SAE.
- 5.2. A garantia deve cobrir também qualquer deficiência de projeto, defeito ou falha de fabricação, identificada pelo SAE em qualquer época, durante a fabricação, inspeção, ensaio, transporte ou durante o período de garantia acima definido.
- 5.3. A licitante vencedora deverá apresentar, na entrega do reservatório, Certificado de Garantia do Fabricante, ou documento similar juridicamente válido, que apresente a data de início do período de garantia.
- 5.4. O representante do fornecedor/fabricante deverá realizar ENTREGA TÉCNICA, com o treinamento da equipe técnica e operacional da SAE e/ou seus prepostos quanto à operação e manutenção do equipamento durante e/ou após a sua instalação no local.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO – FORNECIMENTO E MONTAGEM DOS RESERVATÓRIOS

- 6.1. O prazo de execução total deverá ser de até 270 (duzentos e setenta) dias, contatos a partir da emissão da Ordem de Serviços, incluindo o prazo para a revisão das entregas pela Supervisão da SAE.

7. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1. O prazo de vigência contratual será de 9 meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e art. 84, da Lei Nº 14.133/2021.
- 7.2. O contrato poderá ser resolvido a qualquer momento, em razão do descumprimento de qualquer uma das cláusulas mediante termo de distrato ou, ainda, diante das necessidades da CONTRATANTE, resolvido pelo fornecimento total do objeto contratado.

8. MEDIÇÕES, PREÇOS E PAGAMENTO

- 8.1. Devido ao seu grande vulto financeiro em função da aquisição e entrega das chapas que irão compor os reservatórios, a medição dos serviços ocorrerá em percentuais definidos após a conclusão de cada uma das etapas conforme cronograma físico x financeiro anexo a este termo de referência.
- 8.2. Para medição, a CONTRATADA seguirá o cronograma físico x financeiro e deverá apresentar a FISCALIZAÇÃO as documentações devidas.
- 8.3. Os serviços serão desenvolvidos observando os princípios técnicos especializados e normas técnicas aplicáveis. Deverá a Contratada, sempre que solicitado, apresentar relatório das atividades realizadas em razão do objeto contratado
- 8.4. Os serviços contratados serão desenvolvidos tanto nos locais de instalação dos reservatórios bem como no escritório da CONTRATADA e em diligência previamente determinada pela CONTRATANTE.
- 8.5. Para fins de medição dos serviços executados, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO :
- 8.5.1. A planilha de medição com relatório técnico descritivo.
- 8.5.2. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO colorido que evidencie de maneira clara e suficiente todas as etapas de obra / serviços executados e que são objeto da medição (Fotos Georeferenciado). O Relatório Fotográfico deverá ser composto por imagens/fotos coloridas que contenham a data, hora e local da foto (endereço e coordenadas).
- 8.5.3. RDO de prestação de serviço assinada ao final da carga horária pelo fiscal de contrato (diário).
- 8.5.4. Caso houver a entrega de algum equipamento na medição deverá ser entregue junto, datashhet, manual, garantia e/ou certificado do equipamento para que seja aprovado a medição.
- 8.5.5. As vias de medição serão digitais e impressas.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- 8.6. Os relatórios citados acima deverão seguir os modelos que o fiscal de contrato irá repassar à Contratada.
- 8.7. Deverão estar incluídos nos valores propostos todos os custos necessários à execução completa dos serviços descritos neste Termo de Referência, incluindo atividades de mobilização e desmobilização, pessoal, encargos sociais, tributos, materiais e equipamentos, computadores e softwares, custos com deslocamentos e diárias (transporte, hospedagem, alimentação), entre outros.
- 8.8. A fiscalização exercerá o poder de coordenação e orientação dos trabalhos podendo, a qualquer tempo, solicitar a contratada a apresentação da documentação produzida até o momento da solicitação para avaliar o andamento dos trabalhos.
- 8.9. A emissão de notas fiscais será autorizada apenas pela fiscalização após a avaliação e aprovação das etapas previstas em cronograma. Os percentuais previstos no cronograma físico financeiro serão pagos após a avaliação, pela fiscalização da SAE, dos documentos entregues pela contratada.
- 8.10. Pela perfeita e fiel entrega dos serviços, objeto desta licitação, a SAE fará à CONTRATADA o pagamento do preço proposto em até 30 (trinta) dias, contados após cada bloco de serviços prestados e emissão de notas fiscais.
- 8.11. O pagamento será efetuado em moeda corrente do país, através de cheque nominal ao(s) licitante(s) ou Ordem Bancária ou depósito bancário. No caso de depósito bancário, constar no corpo da Nota Fiscal o nome do banco, número da agência e conta corrente.
- 8.12. Para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - d. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - e. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 8.13. A SAE reserva-se o direito de recusar o pagamento se os serviços executados não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 8.14. A SAE poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos do Pregão.
- 8.15. A SAE só poderá receber mercadoria ou bem acobertado por Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, conforme inciso I da cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009. Observação: Não será aceita, em hipótese alguma, Nota Fiscal Série “D”.

9. INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

- 9.1. Os instrumentos, equipamentos e ferramentas, necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

- 9.2. A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, o fornecimento de energia elétrica necessária à execução de todos os serviços de montagem dos reservatórios, até a sua entrega final, seja por meio de ligação provisória de energia, seja por meio de geradores elétricos à diesel.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fundamentação: Adequação orçamentária. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j” da LF 14.133/21).

Os créditos necessários à cobertura da Licitação estão contidos no orçamento da Autarquia na rubrica 17.512.0014.1.049 – 4.4.90.51.00 para o presente exercício, ou em rubricas equivalentes para exercícios subsequentes.

11. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Fundamentação: Forma e critérios de seleção do fornecedor. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “h” da LF 14.133/21).

11.1. Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista

Os documentos para habilitação fiscal, social e trabalhista, exigidos no edital, serão aqueles previstos no Art. 68 da Lei 14.133/21.

11.2. Qualificação Econômico-Financeira

A documentação para qualificação econômico-financeira será aquela prevista no Art. 69 da Lei 14.133/21, levando em consideração o Art. 3º do Decreto 8.538/15 c/c Art. 70, inciso III da Lei 14.133/21.

11.3. Qualificação Técnica

11.3.1. Atestado de VISITA À OBRA (expedido pelo Setor de Engenharia da SAE) ou Declaração de Renúncia à Visita Técnica;

11.3.2. Qualificação Técnico-Operacional:

- a. Certidão de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;
- b. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, diretamente, os seguintes serviços, considerados de maior relevância:
 - Implantação/montagem e execução a contento e dentro do prazo, de reservatório metálico com revestimento vitrificado com teto semi-plano ou tipo domo geodésico autoportante ou suportado, com capacidade igual ou superior a 750 m³;
 - Elaboração de projeto executivo de reservatório metálico com revestimento vitrificado, com capacidade igual ou superior a 750 m³;

11.3.3. Qualificação Técnico-Profissional:

- a. Certidão de registro do (s) profissional (is) do Engenheiro e/ou Engenheiro Mecânico no CREA, detentor de atestado de capacidade técnica;
- b. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, comprovando que o profissional, comprovadamente integrante do quadro permanente da licitante, executou como responsável técnico, os seguintes serviços, considerados de maior relevância:
 - Implantação/montagem e execução a contento e dentro do prazo, de reservatório metálico com revestimento vitrificado com teto semi-plano ou tipo domo geodésico autoportante ou suportado, com capacidade igual ou superior a 750 m³;
 - Elaboração de projeto executivo de reservatório metálico com revestimento vitrificado, com capacidade igual ou superior a 750 m³;
 - Projeto e Execução de base/fundação em concreto armado para reservatório metálico com revestimento vitrificado, com capacidade para igual ou superior a 750m³.

Observação 1: A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa poderá ser realizada pela apresentação de UM dos seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Trabalho Previdência Social (CTPS) e Ficha de Registro de Empregado; ou
- Cópia do Contrato Social da empresa em que conste o profissional integrante da sociedade; ou
- Cópia de Contrato de Prestação de Serviços regido pela legislação comum com reconhecimento de firma nas assinaturas do Contratante e do Contratado; ou
- Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica da licitante junto ao CREA em que conste o nome do profissional como Responsável Técnico da empresa.

Observação 2: O profissional cujo(s) atestado(s) venha(m) atender às exigências da Qualificação Técnico-Profissional não poderá ser substituído por outro profissional sem prévia autorização formal da Contratante.

Observação 3: É permitida a somatória de atestados para a comprovação das quantidades de serviços exigidas nos itens da Qualificação Técnico-Operacional e da Qualificação Técnico-Profissional.

Observação 4: Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

Observação 5: O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Requisitos da contratação. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “d” da LF 14.133/21).

Os requisitos necessários para a presente contratação são:

SUBCONTRATAÇÃO: Não será permitida a subcontratação do objeto contratual. A execução dos serviços, deverão ser realizadas diretamente pela CONTRATADA, sendo vedada a cessão ou sublocação desses serviços. Excepcionalmente, em casos de força maior ou caso fortuito reconhecidos pela SAE, poderá ser admitida a subcontratação, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, mediante formalização por escrito. Ressalta-se que, mesmo nesses casos, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pelos encargos, pela qualidade técnica e pela execução satisfatória dos serviços contratados.

13. ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será realizada com base no critério de menor preço global.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

- Participar de reuniões presenciais e vistorias técnicas nos locais objeto dos projetos, no mínimo, mas não se limitando às seguintes situações: início dos trabalhos, apresentação de projeto executivo, esclarecimento de dúvidas em relação ao escopo contratado, entre outros assuntos pertinentes à execução do objeto.
- Responsabilizar-se pela segurança contra furtos e roubos de seus materiais, ferramentas e equipamentos necessários à montagem dos reservatórios nos locais onde eles serão implantados durante todo o período da execução dos serviços até a sua entrega final.
- Fornecer energia elétrica para as suas atividades, seja por meio de ligações provisórias de energia, seja por meio de gerador de energia à diesel.
- Implantar e manter canteiro de obras nos locais de execução dos serviços, contendo depósito de materiais e ferramentas, sanitários e demais instalações para convívio/repouso/refeições para a equipe de trabalho, conforme Normas de Segurança específicas.
- Arcar com as despesas de viagem, como transporte, alimentação, hospedagem, entre outras de suas equipes de trabalho;
- Fornecer as Anotações de Responsabilidade Técnica referentes ao Projeto Executivo e à fabricação e montagem dos reservatórios;
- A proponente deverá executar e garantir todos os serviços referentes às atividades listadas anteriormente de acordo com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e, na falta desta, basear-se em outras normas aplicáveis a cada caso.
- Observar e fazer cumprir, com absoluto rigor, as normas de qualidade e segurança da solicitante quando necessário, bem como responsabilizar-se pelo cumprimento das normas

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

regulamentadoras do Ministério do Trabalho, mantendo seus empregados uniformizados, identificados e munidos de EPI's necessários ao cumprimento do objeto solicitado;

- Manter profissionais devidamente qualificados para a realização dos trabalhos;
- Possuir e manter máquinas, equipamentos, materiais e softwares licenciados necessários ao escopo proposto;
- A CONTRATADA deverá cumprir o contrato empregando o material rigorosamente enquadrado nas especificações estabelecidas, correndo às suas expensas e sem direito a qualquer indenização de prazo, não só a demolição e consequente reconstituição de qualquer obra ou instalação realizada inadequadamente como, ainda, se for o caso, a retirada e consequente substituição do material inadequado ou de má qualidade.
- Atender prontamente às notificações da CONTRATANTE em consonância com as obrigações assumidas em Contrato;
- Dar ciência a CONTRATANTE sobre quaisquer anormalidades que verificar na execução dos serviços dentro do menor prazo possível.
- A CONTRATADA aceitará integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação, controle, ensaio tecnológico e medição adotados pelo SAE em todo e qualquer serviço referente a obra.
- A CONTRATADA facilitará ao SAE, espontaneamente de todas as formas, o cabal desempenho das suas funções e tarefas e acatar de modo imediato, preciso e absoluto, as suas determinações, dentro deste termo de referência, do contrato e, nos casos omissos ou imprevistos, dentro das normas da boa técnica, a critério do próprio SAE.
- A CONTRATADA deverá ter e colocar à disposição do SAE, todos os meios (de qualquer natureza) necessários e aptos a permitir a rápida e eficiente medição, controle do executado e do em execução, a inspeção das instalações da obra, dos materiais e dos equipamentos, tudo isso, independentemente das medições realizadas para efeito de faturamento, e ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro de trabalho, sejam quais forem os horários, as efemérides e as condições meteorológicas.
- A existência e a atuação da fiscalização pelo SAE em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne as obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o termo de referência, as leis ou os regulamentos.
- O SAE poderá exigir de pleno direito, que sejam adotadas, pela CONTRATADA, normas especiais ou suplementares de trabalho não previstos neste termo de referência, mas necessários, a seu juízo, à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra. Essas novas normas ficarão sendo, automaticamente, parte integrante deste termo de referência.
- Para representá-lo em matéria de ordem técnica e nas relações com o SAE, deverá ter a CONTRATADA devidamente credenciados, técnicos responsáveis pela obra: a condução geral da obra ficará a cargo de pelo menos, um Engenheiro Civil e ou Engenheiro Mecânico, habilitado profissionalmente, com prática comprovada em serviços similares/compatíveis, de complexidade equivalente ou superior, em prestígio à proporcionalidade e à competitividade aos contemplados nas especificações.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- A CONTRATADA é obrigada a afastar sumária ou imediatamente do serviço e do canteiro de trabalho, todo e qualquer elemento julgado pelo SAE, incompetente, inábil, de conduta inconveniente ou com características tais, que possam prejudicar o bom andamento da obra, a perfeita execução dos serviços, a ordem do canteiro ou que: obste, perturbe, dificulte a ação dos fiscais, não acate, por ato ou omissão, às suas determinações verbais ou escritas, ou insista em orientação diferente da estabelecida por eles.
- A CONTRATADA deverá observar a legislação brasileira sobre segurança e higiene do trabalho.
- A CONTRATADA é obrigada a manter os operários e trabalhadores com uniformes, crachás de identificação com foto, nome e cargo, nome da contratada ou subcontratada, caso seja profissional qualificado para executar alguma atividade específica, acrescido dos dizeres; “PRESTADOR DE SERVIÇO” ou “A SERVIÇO DA EMPRESA” (nome da empresa).
- A CONTRATADA é responsável em qualquer caso, por danos e prejuízos causados a pessoas e propriedades em decorrência dos trabalhos de execução de obras e instalações por que respondam, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus algum para ao SAE, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.
- Observados os prazos e condições que a lei civil estipular à aceitação definitiva das obras e instalações não acarreta de modo algum, a exoneração da CONTRATADA e seus técnicos da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes e relacionados com a execução dos serviços convencionados e dados como aceitos.
- Descabe assim, ao SAE qualquer ônus, participação ou corresponsabilidade direta ou indireta, em danos e prejuízos à vida e ao patrimônio público ou particular, causados por defeitos, falhas, deficiências ou impropriedades de ordem técnica verificados em obras e instalações adjudicadas a terceiros e dadas como aceitas, provisória ou definitivamente.
- Deverão ser protegidas todas as propriedades públicas e privadas contra qualquer perigo devido aos serviços, não devendo ser interrompido o funcionamento de qualquer serviço de utilidade pública.
- Para isso deverá ser protegido, envidando-se todos os esforços e meios disponíveis à plena integridade das instalações relacionadas a tais serviços.
- Os danos causados às propriedades e utilidades públicas, devido a imperfeição ou descuido na execução, deverão ser reparados no menor prazo possível.
- Durante o andamento das obras, a CONTRATADA deverá manter o local de trabalho livre de obstáculos, detritos, enfim tudo que restrinja a liberdade de trabalho ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.
- A CONTRATADA deverá ser a única responsável por danos que possam ser ocasionados às propriedades, veículos, pessoas e serviços de utilidade pública. Antes de qualquer escavação a fogo, a CONTRATADA deverá apresentar por escrito ao SAE, o plano e a técnica de trabalho a ser utilizada.
- Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a CONTRATADA continuará responsável pela manutenção de todo o material existente no local e pela segurança do canteiro de obras contra acidentes, tanto com veículos como com pessoas.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

- Caso necessário, o SAE exigirá que a CONTRATADA mantenha no local, vigias e faça obras complementares, com o fim de manter a segurança do local.
- Fora do expediente da obra ou durante a eventual suspensão desta, todas as obrigações e responsabilidade da CONTRATADA no que concerne a:
 - Armazenamento e proteção dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
 - Segurança contra acidentes;
 - Proteção das obras executadas, das instalações de obra, e do canteiro de trabalho, continuarão em pleno vigor, como se a obra estivesse em funcionamento.
- Caso as providências referentes ao parágrafo anterior não sejam tomadas ou sejam de forma precária, poderá se configurar, a critério do SAE, o “abandono da obra”, com as consequências disso decorrentes.

*Os equipamentos para prevenção de acidentes, no canteiro de obra, delimitarão áreas de advertências contra perigos e deverão ser pintadas de acordo com as recomendações da norma da ABNT NBR 7195.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- Fornecer uma ligação provisória de água para os canteiros de obra;
- Fornecimento de autorização específica ao responsável técnico e equipe para livre acesso as áreas necessárias para o desenvolvimento das atividades propostas;
- Fornecimento de toda informação necessária para o desenvolvimento pleno das atividades propostas, bem como demais componentes solicitados caso necessário;
- Proporcionar todas as facilidades necessárias, para que a Contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Efetuar, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, o pagamento devido à Contratada;
- Conferir e receber, definitivamente, os produtos entregues;

16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Fundamentação: Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “f” da LF 14.133/21).

A fiscalização da execução dos trabalhos da Contratada será exercida pela SAE, sendo Gestor o Gerente de Operações Eng. Gabriel Nogueira e Fiscal o Engenheiro Civil Igor Vargas de Oliveira, os quais poderão, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo estabelecido pela gestora, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, para aplicação das penalidades cabíveis.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

Será efetuado o aceite definitivo pelo gestor do contrato no prazo pactuado, após a realização de todos os testes de verificação de conformidade e qualificação do serviço executado, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto.

Atendendo às exigências contidas no artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto neste Termo de Referência e no edital.

Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à CONTRATADA para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.

A fiscalização mencionada nesta cláusula não exclui nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, incluindo imperfeições de natureza técnica ou defeitos ocultos (vícios redibitórios), conforme definidos pela legislação civil.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor para adoção das medidas convenientes, na forma da lei.

Caberá ao Gestor de Contrato o controle administrativo e financeiro necessário ao pleno cumprimento da contratação.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a SAE convocará o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados pela diretoria da SAE.

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17. PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto e demais condições resultantes da contratação, a SAE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as penalidades descritas na PORTARIA SAE - 025/2024, presente no site da SAE: www.sae.com.br, no campo “Licitações”.

O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente à licitações e contratações públicas.

Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Impedimento de licitar e contratar;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e. As sanções previstas nas alíneas a, c, d desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a do alínea b.

A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta à Administração.

Pelo atraso na execução dos serviços, por culpa imputada ao fornecedor, e pela sua execução de forma incorreta, poderá ser aplicada multa, a ser determinada do seguinte modo, sem prejuízo de outras cominações cabíveis:

- a. Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre a parcela que deverá ser entregue;
- b. 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços entregues com problemas técnicos, mais multa de 0,33 (trinta e três centésimos) por cento ao dia se os serviços com problemas técnicos não forem substituídos em até 02 (dois) dias úteis, contados da data em que a Administração tiver comunicado à empresa a irregularidade;
- c. 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total do Pedido de Fornecimento emitido a favor do Fornecedor.

Quando estipulados prazos parciais a multa será calculada pelo percentual correspondente ao prazo de recebimento dos serviços, incidente sobre o valor do objeto entregue com atraso.

Para os fins do subitem anterior consideram-se prazos parciais aqueles estabelecidos para o recebimento dos serviços, objetivando a sua entrega antecipada.

Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.

A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente do Fornecedor.

No caso de cobrança de multa diretamente do Fornecedor, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.

Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

aplicou a penalidade, a pessoa jurídica que praticar quaisquer atos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As penalidades previstas de advertência, impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa.

Todas as sanções previstas no item 14.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.

A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente.

Ituiutaba (MG), fevereiro de 2026.

GABRIEL ALVES NOGUEIRA
Gerente de operação

IGOR VARGAS DE OLIVEIRA
Engenheiro Civil



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO I-A

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / CRONOGRAMA / BDI / MEMÓRIA DE CÁLCULO

ATENÇÃO: O anexo I-A contém planilhas em PDF (referência SAE) e EXCELL (planilha orçamentária / Cronograma / BDI serviços / BDI material) editável pelo licitante para elaboração dos valores e informações da proposta a ser ofertada.

DISPONÍVEIS NOS SITES

www.licitanet.com.br

www.sae.com.br

ANEXO II

**DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA
(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

REF. CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 022/2026

(Nome).....responsável legal da empresa:....., CNPJ nº
..... Endereço:

Fone:..... E-mail: Declara que
renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do
objeto do Edital de Concorrência nº 004/2026, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento
das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e
elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter
as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa
que represento.

xxxxxxx, de de 2026.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa:

.....

Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:

CPF:.....

(Obs. Entregar com a documentação no envelope de Habilitação preenchido e assinado, com cópia
autenticada de procuração se for o caso).

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

REF. CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 022/2026

Nome da Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Telefone/e-mail: _____

(proposta comercial resumida deve ser acompanhada de planilhas)

Item	Descrição item	Valor Unitário	Valor Total
01			

- A proposta deverá conter todas as informações constantes no Título VII – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS e deverá estar de acordo com as informações constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Observar ainda informações dos Títulos IX e XII.
- Atenção especial à Planilha Orçamentária, com os respectivos preços unitários, cronograma, BDI, conforme modelos do **Anexo I - A.**
- Nome, cargo, CPF e RG do responsável que irá assinar o Contrato proveniente desta licitação.
- A proposta apresentada neste certame será considerada válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data da Sessão Pública da Concorrência, sendo que as empresas que consignarem prazo inferior terão a sua proposta desclassificada.

Local, ____ de _____ de 2026.

(Nome do responsável)

CPF: _____.____.____-__ RG: _____

Identificação e assinatura do representante legal da empresa na última folha e rubrica nas demais.

ANEXO IV

**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____
DE EXECUÇÃO DE OBRA**

A **SAE - SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS** do Município de Ituiutaba/MG, autarquia municipal criada pela Lei nº 1.208 de 27/12/67, com sede nesta cidade na Avenida 33 nº 474, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.819.061/0001-88, neste ato representada por seu Diretor, **Sr. Marcelo Gonçalves de Moura**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____ neste ato representada pelo seu Diretor, Sr. _____ cadastrado no CPF/MF sob o nº _____, portador da cédula de identidade RG nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o processo licitatório nº 022/26, modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 004/26, tipo menor preço, homologado em ____/____/____ sob o regime da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações, celebram o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Concorrência é:

Item	Un.	Descrição simplificada	Prazo de Execução
01	GL	Aquisição, fornecimento e instalação de 2 (dois) reservatórios metálicos apoiados, capacidade de 1000m³. (Situados nos Bairros: Novo Tempo II e Satélite Andradina), conf. projetos, planilhas e especificações técnicas do <u>Termo de Referência - Anexo I</u>	09 meses

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME JURÍDICO

O presente contrato vincula-se à Lei Federal nº 14.133/21, às suas cláusulas, aplicando-se nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CESSÃO

A execução da obra, objeto deste contrato, deverá ser prestada diretamente pela **CONTRATADA**, não podendo ser cedida ou sublocada, à exceção de quando a SAE reconhecer a ocorrência de força maior ou caso fortuito, o que dependerá de prévia anuência da **CONTRATANTE**, formalizada por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da **CONTRATADA** pelo ônus e perfeição técnica e pela execução satisfatória dos serviços correspondentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Atendendo às exigências contidas no artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto nesta Cláusula e no Termo de Referência.
§1º A fiscalização da execução dos trabalhos da Contratada será exercida pela SAE, sendo Gestor o Gerente de Operação, Sr. Gabriel Alves Nogueira e Fiscal o Engenheiro Civil Sr. Igor Vargas, os quais poderão, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo estabelecido pela gestora, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, para aplicação das penalidades cabíveis.
§2º A fiscalização emitirá “Ordem de Serviços” por escrito à Contratada.
§3º As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato, farão parte do processo licitatório, constituindo tais registros, documentos legais, em cumprimento ao artigo 67 § 1º da Lei Federal 8.666/93.
§4º A fiscalização poderá, nos limites do Contrato, preservar todos e quaisquer direitos da SAE.
§5º Verificada a ocorrência de irregularidades no cumprimento do contrato, o fiscal do contrato comunicará imediatamente por escrito à Diretoria da SAE, a qual tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive a aplicação de penalidades quando for o caso.
§6º A contratada deverá permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, relativamente às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando for solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços, objeto do contrato.
2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à Contratada para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.
3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
4. A Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.
5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor para adoção das medidas convenientes, na forma da lei.
6. Caberá ao Gestor de Contrato o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento da contratação.
7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados pela Diretoria.
9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Setor de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

20. A contratada deverá, obrigatoriamente, disponibilizar um Livro “Diário de Obras”, onde serão lançadas todas as ocorrências diárias dos serviços contratados e demais exigências do art. 3º e Anexos da Instrução Normativa 09/2003 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

CLAUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os créditos necessários à cobertura da presente Licitação estão contidos no orçamento da Autarquia na rubrica **17.512.0014.1.049.4.4.90.51.00**, para o presente exercício e equivalentes para exercícios posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pela execução da obra, objeto deste contrato, ajusta-se o menor preço global de R\$ (.....), a serem pagos em **medições mensais, conforme Cronograma físico-financeiro**.

2. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

I - Em moeda corrente do país, através de Ordem Bancária ou depósito bancário. No caso de depósito bancário, constar no corpo da Nota Fiscal o nome do banco, número da agência e conta corrente.

II- A medição será efetuada em intervalos de 30 (trinta) dias.

§1º. O pagamento ficará totalmente condicionado ao aceite técnico da Fiscalização, sem incidência de qualquer reajuste, correção de preços ou indenizações, na hipótese de constatação de erros e/ou irregularidades na Medição e Nota Fiscal, o prazo ficará suspenso e somente voltará a fluir após a apresentação da Medição e Nota Fiscal corretas.

§2º. Não será permitida previsão de sinal ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento, na formulação das propostas, devendo ser desclassificado, de imediato, o proponente que assim o fizer.

§3º. As Notas Fiscais, obrigatoriamente, deverão ser emitidas somente após a aprovação da respectiva medição;

§4º. Os pagamentos serão efetuados de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado e MEDIÇÃO efetuada pela fiscalização da CONTRATANTE;

I – A medição é considerada como fator determinante do pagamento da parcela efetivamente executada. Caso haja divergência entre o valor medido e o valor apresentado na Proposta da Licitante vencedora, prevalecerá o valor realmente Medido.

II - A SAE poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos do edital.

§5º. Somente será feito o pagamento após apresentação de nota fiscal de prestação de serviços ao setor de Projetos e Obras, acompanhada da seguinte documentação:

I. Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

III. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município;

IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa - CNDT;

VI. Folha de pagamento, devidamente assinada, dos funcionários que prestam os serviços (holerite);

VII. Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF.

§6º. A aceitação dos serviços, para fins de liberação de cada parcela do preço devido, far-se-á mediante verificação da CONTRATANTE, através de seus setores competentes, da perfeita execução dos serviços contratados, através de expediente formal.

§7º. Constatada a exatidão da fatura, quanto aos serviços nela enumerados, atestada a sua perfeita execução pela fiscalização da CONTRATANTE, e juntada a documentação referida no §5º, a CONTRATANTE efetuará o pagamento respectivo, sem incidência no período de qualquer reajuste ou correção de preço, e com a retenção contratual de cada fatura e seguindo as formalidades legais, bem como as previstas no contrato, no caso de multa não quitada.

§ 8º. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva das obras e serviços executados, total ou parcialmente, não prevalecendo a presunção do art. 614, §1º do Código Civil.

§9º. A última fatura, para todos os efeitos, será considerada como referente às obras e serviços executados entre a data de aceitação provisória e a data da fatura anterior, e a sua quitação abrangerá qualquer crédito que a **CONTRATADA** possua junto à **CONTRATANTE** com relação

ao contrato, que somente será liberada após a expedição do “Termo de Recebimento Provisório das Obras e Serviços”, e mediante a apresentação dos documentos mencionados no §5º.

I – O pagamento da última parcela devida à CONTRATADA somente será efetuado após a comprovação por esta do acerto rescisório de todos os empregados alocados ao serviço.

II - Valores devidos à CONTRATADA podem ser retidos, caso não se comprove regularidade de direito trabalhista, fundiário e previdenciário de trabalhador, inclusive de caráter rescisório.

§10. Não será efetuado pagamento se constatadas irregularidades ou atrasos dos serviços, sem que sejam os mesmos sanados pela **CONTRATADA** e aceitos pela **CONTRATANTE** através do responsável credenciado para esta finalidade.

§11. Estão compreendidas no preço ofertado pela Adjudicatária, todos os serviços especificados neste **EDITAL**, e os constantes em seus **Anexos**, bem como as ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica) referentes às execuções de fiscalização, orçamento e direção das obras em nome da **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** de seus Responsáveis Técnicos, além da proposta da **CONTRATADA**, aceitas pela SAE.

CLÁUSULA SÉTIMA –ALTERAÇÕES DO CONTRATO E CRITÉRIO DE REAJUSTE

1. O preço ora definido no contrato é fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da consolidação do orçamento estimado ou da data de alteração do preço no contrato.

2. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando no contrato como regra geral os valores praticados no mercado público, coletados através dos Bancos de Preços Públicos, após 12 (doze) meses da data da consolidação do orçamento estimado, firmado através de proposta comercial, ou da data de alteração do preço do contrato, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

3. Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada.

4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5. A data de consolidação do orçamento será a data da proposta comercial final.

6. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

7. A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência.

8. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

9. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

Parágrafo único. Referido reajuste deve ser solicitado, mediante requerimento formal entregue na Área de Suprimentos da SAE, localizada na Rua 33 nº 474 - Setor Sul, CEP 38.300-030, Ituiutaba - MG, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

1. O prazo de vigência do Contrato é de **10 (dez) meses** contados da data de sua assinatura, iniciando em __/__/2026, com término em __/__/202X, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.1. Os serviços previstos deverão ser **executados em 09 (nove) meses**, após a emissão da Ordem

de Serviços.

2. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos, quando for o caso, poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da contratada:

1. Executar os serviços descritos nos documentos que compõe a Concorrência nº 004/2026, devendo os veículos, materiais e equipamentos a serem empregados, receberem prévia aprovação da SAE de Ituiutaba, a qual se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados.
2. Fornecer mão-de-obra e todos os materiais para a execução dos serviços, enfim todas as ferramentas e equipamentos para a perfeita execução da obra, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de leis sociais, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e impostos referentes a execução destes serviços.
3. Responder com suporte nos princípios de culpa objetiva por danos causados à SAE ou a terceiros, inclusive os decorrentes de acidentes, mortes, perdas, extravios ou destruição total ou parcial de bens móveis ou imóveis e outros, mesmo que os atos comissivos ou omissivos provocadores dos danos tenham sido praticados por prepostos, terceiros da CONTRATADA.
4. Se trabalhar aos sábados, domingos, feriados ou fora do horário normal de trabalho, não poderá cobrar da SAE horas extras pelos serviços executados nesses períodos.
5. Fazer controle tecnológico do material empregado na obra e do concreto aplicado, quando da sua aplicação e apresentar o Certificado de Qualidade do Objeto.
6. Garantir as normatizações técnicas da ABNT, pertinente a cada material a ser fornecido e serviços a ser executado.
7. Apresentar seus funcionários, na execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados e identificados.
8. Substituir, sempre que exigido pela SAE, e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina e ao interesse do serviço público.
9. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
10. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução desta obra, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos,

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que por ventura sejam criadas pelo governo.

11. Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato. Deverá ainda, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
12. Sanar, às suas expensas, quaisquer vícios, defeitos ou incorreções encontradas.
13. Os empregados que estiverem designados para os serviços de que trata este Termo de Referência terão vínculo empregatício, exclusivamente, com a CONTRATADA, que será também a única responsável pelo pagamento de seus honorários, recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista, previdenciária, e demais normativos da categoria que estejam em vigor.
14. A CONTRATADA deverá comprovar o vínculo empregatício dos seus empregados, destacados para a prestação dos serviços, de acordo com a CLT, manter atualizados os registros nas carteiras de trabalho e previdência social (CTPS) e apresentar a documentação comprobatória ao fiscal do contrato, sempre que solicitado.
15. A CONTRATADA fornecerá uniforme e itens de segurança aos seus profissionais, conforme padrão, cores e quantitativos estabelecidos pelo CONTRATANTE, não sendo permitido o repasse dos custos aos seus empregados.
16. Os uniformes, itens de segurança e complementos a serem fornecidos aos trabalhadores deverão ser no mínimo de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho e/ou Leis, Portarias e Regulamentos do Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE).
17. O CONTRATADO deverá também executar todos os serviços solicitados de acordo com a NR-18 (Norma Regulamentadora 18), que estabelece diretrizes para implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção civil.
18. A CONTRATADA deverá facilitar a ação do fiscal do contrato, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas.
19. A CONTRATADA, independentemente da atuação do fiscal do contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes do Contrato, inclusive a responsabilidade técnica.
20. A CONTRATADA cumprirá e fará cumprir por seus profissionais as normas e os regulamentos do CONTRATANTE, bem como quaisquer determinações das autoridades competentes, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.
21. A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, respondendo por todo e qualquer comportamento e atitudes inadequados de seus profissionais, tais como falta de urbanidade, presteza e decoro.

22. Na ocorrência de acidente de trabalho envolvendo a mão de obra disponibilizada pela CONTRATADA, durante a execução de serviço, será da CONTRATADA a responsabilidade pelas comunicações, em tempo hábil, aos Órgãos Oficiais competentes a conhecer o ocorrido e outras medidas que, no caso concreto, se façam necessárias, bem como a prestação de socorro à eventuais vítimas, preenchimento de comunicação de acidente de trabalho, entre outras.
23. A CONTRATADA deverá ressarcir ao CONTRATANTE, quaisquer indenizações eventualmente pagas a terceiros por danos materiais ou pessoais sofridos em sinistros, em caso de culpa por parte de empregados da CONTRATADA.
24. A CONTRATADA será responsabilizada pelo transporte de terceiros ou cargas nos veículos, sem a devida autorização do CONTRATANTE. A inobservância a esta proibição facultará a aplicação das medidas legais cabíveis.
25. A CONTRATADA se responsabilizará pela permanente manutenção de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico – Financeira da Empresa; assim como pela atualização de formação de seus profissionais; que através de divulgação de periódicos, quer através de palestras ou reuniões que visem contribuir com o aprimoramento da execução do objeto desta contratação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
26. A CONTRATADA deverá cumprir a Norma Regulamentadora 07 (NR 07), sendo que deverá apresentar ao Setor de Saúde e Segurança da autarquia o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), impresso e na versão digital, de todos os seus colaboradores. Sendo que, somente após esse procedimento ocorrer e estando o empregado, pelo ASO, apto para trabalhar é que o colaborador da CONTRATADA será autorizado a iniciar suas atividades no escopo desse termo de referência.
27. A CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Saúde e Segurança da autarquia, antes de iniciar os trabalhos, de maneira impressa (encadernada) e digital, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Tais documentos serão analisados pelo setor de Saúde e Segurança da autarquia, que caso detecte alguma inconsistência/irregularidade nos documentos solicitará a adequação, sendo que enquanto esses documentos não forem aprovados pelo setor de Saúde e Segurança da autarquia os trabalhos não poderão ser iniciados. A CONTRATADA tem a obrigação de manter atualizados os respectivos programas.
28. A CONTRATADA cumprirá a legislação trabalhista previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da Lei.
29. A CONTRATADA deverá arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transportes, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transportes, ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços, apresentando mensalmente à CONTRATANTE a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) e os holerites assinados de cada um dos funcionários da CONTRATADA no âmbito da referida obra. Sem a apresentação dos referidos documentos não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas.
30. Caso ocorra alguma dúvida sobre a autenticidade de quaisquer documentos apresentados

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

pela CONTRATADA, a CONTRATANTE se reserva no direito de solicitar as versões originais e a CONTRATADA se encontra no dever, sob pena de sanções administrativas e legais, de fornecê-los.

31. A CONTRATADA deverá assumir as responsabilidades previstas e exigidas em Lei, em caso de eventual ocorrência de acidente de trabalho providenciar as medidas que se fizerem necessárias, em tempo hábil, assim como, comunicando a ocorrência ao FISCAL do contrato.
32. A execução da obra, objeto deste DOCUMENTO, deverá ser prestada diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser cedida ou sublocada, à exceção de quando a SAE de Ituiutaba reconhecer a ocorrência de força maior ou caso fortuito, o que dependerá de prévia anuência da CONTRATANTE, formalizada por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica e pela execução satisfatória dos serviços correspondentes.
33. A CONTRATADA serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações, referentes à prestação de serviços do objeto dos eventuais contratos.
34. A CONTRATADA preservará a CONTRATANTE, mantendo-a a salvo de quaisquer demanda, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação.
35. A CONTRATADA não poderá se valer dos eventuais contratos para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados e em quaisquer operações de desconto bancário.
36. Durante a execução do empreendimento contratado deverão ser mantidos no canteiro de obra os seguintes documentos:
 - a) Cópias de projetos, detalhes e especificações;
 - b) Cópia da planilha orçamentária contratada;
 - c) Cópia do cronograma físico-financeiro;
 - d) Cópia do contrato;
 - e) Livro de ocorrências ou Diário de obras (em que deverão ser anotados todos os fatos e problemas ocorridos durante a execução da obra ou serviço) – este ao final será de propriedade da SAE.
 - f) Ato de designação do responsável pela fiscalização;
 - g) Anotação de responsabilidade técnica – ART (projetos, execução, etc.);
 - h) Ordem de serviço;
 - i) Registro das alterações ocorridas durante a execução;
 - j) Especificações técnicas e memorial descritivo;
 - k) Relação dos profissionais que atuarão na obra ou serviço;
 - l) Cópia dos boletins de medição com as memórias de cálculo.
37. Os profissionais responsáveis pela obra devem ser aqueles indicados na fase de licitação para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, e, caso venham a ser

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

substituídos, deve-se fazê-lo por profissionais de experiência equivalente ou superior, sempre com anuência da Administração.

38. A contratada deverá aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários.
39. A contratada deverá apresentar ART dos profissionais que desempenharão a responsabilidade técnica do objeto contratado, de acordo com os níveis de atividades a serem desenvolvidas e atribuições técnicas e legais cabíveis de cada envolvido no empreendimento.
40. Cumprir demais obrigações presentes no Termo de Referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA DEZ - OBRIGAÇÕES DA SAE

Constituem obrigações da contratante:

- I - Promover o acompanhamento e a Fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
- II - Efetuar pagamento à contratada, conforme prazo e preços estabelecidos neste contrato.
- III - Fornecer os projetos, com indicação dos locais de execução da obra, conforme especificados em planilhas anexas.
- IV - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da contratada.
- V - Permitir o livre acesso dos empregados da contratada ao local da obra.
- VI - Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo fiscal do contrato ou com as especificações constantes do edital ou contrato.
- VII - Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com o edital e contrato.
- VIII - Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes.
- IX - Emitir termo de recebimento provisório da obra, que deverá ser assinado pelo responsável no acompanhamento e fiscalização e pelo representante da contratada;
- X - Dar o recebimento definitivo da obra no prazo de até 30 (trinta) dias contados do termo de recebimento provisório. Antes da emissão deste termo, a CONTRATANTE efetuará as vistorias regulares para verificar a satisfatória execução do objeto contratado.
- XI - Aplicar as penalidades previstas no contrato e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o solicitado, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE.
- XII - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- XIII - Cumprir demais obrigações presentes no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

CLÁUSULA ONZE - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

O Regime de Execução será o de Empreitada por Preço Unitário.

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES

1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente à licitações e contratações públicas.

2. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

V – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso II.

4. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta à Administração.

5. Pelo atraso na entrega dos produtos, por culpa imputada ao Fornecedor, e pela sua execução de forma incorreta, poderá ser aplicada multa, a ser determinada do seguinte modo, sem prejuízo de outras cominações cabíveis:

I – Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre a parcela que deverá ser entregue;

II – 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos entregues com problemas técnicos, mais multa de 0,33 (trinta e três centésimos) por cento ao dia se os produtos com problemas técnicos não forem substituídos em até 02 (dois) dias úteis, contados da data em que a Administração tiver comunicado à empresa a irregularidade;

III – 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total do Pedido de Fornecimento emitido a favor do Fornecedor.

5.1. Quando estipulados prazos parciais a multa será calculada pelo percentual correspondente ao prazo de entrega dos produtos, incidente sobre o valor do objeto entregue com atraso.

5.2. Para os fins do subitem anterior consideram-se prazos parciais aqueles estabelecidos para entrega de parte dos produtos, objetivando a sua entrega antecipada.

5.3. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.

5.4. A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente do Fornecedor.

5.5. No caso de cobrança de multa diretamente do Fornecedor, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.

6. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a pessoa jurídica que praticar quaisquer atos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8. As penalidades previstas de advertência, impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa.

8.1. Todas as sanções previstas no item 3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.

10. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11. As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente.

OBSERVAÇÃO: Para sanções relativas às condições resultantes desta contratação, a SAE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa vencedora, as penalidades descritas no Anexo único deste Contrato - **PORTARIA SAE - 025/2024**, dele fazendo parte integrante.

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO

O contrato poderá ser extinto nas situações previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021, oportunidade em que deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUATORZE – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Este contrato fica vinculado aos termos do Edital da Concorrência Eletrônica nº 004/2026, e seus ANEXOS, assim como a proposta de preços firmada pela **CONTRATADA**, naquilo em que não conflitem com este instrumento.

CLÁUSULA QUINZE - VINCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a SAE, correndo por conta exclusiva da primeira, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial decorrentes da execução deste contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA GARANTIA

1. A Licitante Adjudicatária deverá apresentar, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e **com prazo de no mínimo de 10 (dez) meses**.

1.1. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual.

1.2. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/numercado/regapolices/pesquisa.asp>.

1.3. A Garantia será liberada e devolvida à Contratada, após emissão do Termo de Recebimento Definitivo no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento, ou será executada, caso haja descumprimento das obrigações do Contratado. Caso ocorra prorrogação ou aumento de quantitativo no contrato, a garantia deverá ser complementada.

CLÁUSULA DEZESSETE – DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Os serviços e obras serão recebidos pela **CONTRATANTE**:

a) Em caráter provisório após a execução integral do previsto no objeto do contrato, ocasião em que será emitido o Termo de Recebimento Provisório.

b) Em até 30 (trinta) dias, e não sendo observados quaisquer defeitos de execução, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, cessando aí as obrigações contratuais, exceto as responsabilidades previstas na ordem jurídica.

No intervalo entre o recebimento provisório e o definitivo, o executor da obra se obriga a reparar imediatamente quaisquer defeitos constatados pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS RESPONSABILIDADES

Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, mencionadas no art. 393 do Código Civil, a **CONTRATADA** responderá, com suporte no princípio da culpa objetiva, com cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela **CONTRATANTE** ou causados por terceiros, por ato ou fato, comissivos ou omissivos da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, tais como os decorrentes de danificação, acidentes, extravios, furtos ou roubos.

CLÁUSULA DEZENOVE - MODIFICAÇÕES DE PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES

À **CONTRATANTE** é reservado o direito de, a qualquer tempo, fazer modificação, alteração no projeto ou especificações que impliquem redução/acréscimo de serviços/obras com a conseqüente e proporcional alteração do preço e/ou tempo de duração do contrato, sem que caiba qualquer indenização à **CONTRATADA**, observado o disposto na Lei 14.133/21 e posteriores alterações.

CLÁUSULA VINTE – DISCRICÃO/URBANIDADE DA CONTRATADA/PREPOSTOS

A **CONTRATADA** deverá submeter-se às condições baixadas pela Administração da **CONTRATANTE** quanto ao comportamento, discricão e urbanidade de seus empregados, bem assim como ao cumprimento dos horários estabelecidos, e ao controle de presença e permanência dos empregados em serviço sujeitando-se às regras do sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência do desempenho dos serviços, inclusive uma vez cessado o contrato.

CLÁUSULA VINTE E UM - PREPOSTOS DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será responsável pela segurança de todos os trabalhadores nas obras objeto do presente contrato, obrigando-se, portanto, ao cumprimento das disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, especialmente a NR-4 da Portaria nº 3.214, de 08/06/78 do Ministério do Trabalho e suas alterações posteriores.

§1º. A **CONTRATADA** se obriga a manter um supervisor de segurança do trabalho e um empregado especializado em função de encarregado dos serviços contratados, o qual servirá, ainda, de elemento permanente de ligação entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, sendo que esta terá como elemento de ligação um funcionário de seu quadro (ou empresa contratada para este fim), responsável pelo acompanhamento técnico operacional qualitativo e quantitativo da obra.

§2º. A **CONTRATANTE** fará, a seu critério, fiscalização da obra, inclusive para liberar pagamentos.

§3º. O servidor da **CONTRATANTE**, mencionado no § 1º desta cláusula, apresentará mensalmente um relatório circunstanciado sobre o estágio de desenvolvimento da obra.

§4º. Em nenhuma hipótese ou circunstância poderão ser seguidas diretrizes que não sejam emanadas pelo setor competente da **CONTRATANTE**, através do responsável credenciado, sob pena de rescisão do contrato.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA COMPATIBILIDADE

A **CONTRATADA** obriga-se a manter compatibilidade com as obrigações por ela assumidas para com a execução deste contrato, inclusive com as condições de habilitação e qualificação dela exigidas pela Administração Pública para esta contratação.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

As condições relativas à aderência das PARTES à Lei Geral de Proteção de Dados estão discriminadas abaixo:

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o **CONTRATANTE**, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, cópia do documento de identificação, entre outros.

5. As Partes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela outra Parte.

6. As Partes ficam obrigadas a comunicar a outra Parte em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO FORO

As partes **CONTRATANTES** elegem o Foro da Comarca de **ITUIUTABA-MG**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução de qualquer pendência atinente a este contrato.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente contrato, em 04 (quatro) vias para um só efeito, depois de lido e achado conforme, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Ituiutaba-MG, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE: _____
Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS: 1 - _____
Nome:
CPF:

2 - _____
Nome:
CPF:



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

À SAE ITUIUTABA

REF. CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 022/2026

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ/MF Nº _____,
(ENDEREÇO COMPLETO) _____, declara, sob as penas da Lei, que está enquadrada como microempresa/empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não havendo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do Artigo 3º da LC 123/06, alteradas pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores.

(Local) _____, ____ de _____ de 2026.

Empresa e assinatura do responsável legal



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

REF. CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 022/2026

Empresa _____, com sede na Rua _____, nº ____, cidade de _____, estado _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____.____./____-__, em conformidade com o disposto no art. 63, I da Lei 14.133/2021, **DECLARA** que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital que rege o certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura e nº do RG do declarante.



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

REF. CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 022/2026

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Concorrência Eletrônica Nº 004/2026, DECLARA à Superintendência de Água e Esgoto de Ituiutaba - SAE, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 156 da Lei 14.133/2021, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa Nome do dirigente da empresa Assinatura do dirigente da empresa



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS

REF. CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 022/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____._____/____-____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#), que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().*

(data)

(representante legal)



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO IX

DECLARAÇÃO SOBRE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADOS

REF. CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 022/2026

Declaro, para os devidos fins, que a empresa _____ cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante legal

ANEXO X

**DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A
INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS
TRABALHISTAS**

REF. CONCORRÊNCIA Nº 004/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 022/2026

Declaro, para os devidos fins, que a empresa _____ possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, xx de _____ de 2026.

Representante legal



Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

ANEXO XI

NORMA INTERNA DE SEGURANÇA DO TRABALHO (ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO CIVIL)

Arquivos em anexo formato .PDF

DISPONÍVEIS NOS SITES

www.licitanet.com.br

www.sae.com.br

ANEXO XII

PORTARIA SAE - 025/2024, Ituiutaba de 08 de março de 2024

Estabelece procedimentos para aplicação de penalidades decorrentes de relações contratuais de fornecedores com a SAE.

O DIRETOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Decreto Municipal nº 10.721, de 29 de agosto de 2023, e de acordo com a legislação em vigor,

Considerando a necessidade de disciplinar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito desta Autarquia;

Considerando o que estabelece o artigo 11, Parágrafo Único e artigo 19 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas posteriores alterações;

Considerando a necessidade de otimização dos processos administrativos de aquisição de bens e contratação de serviços, faz-se necessária a criação de um novo dispositivo para regulamentar a matéria;

Considerando que foram feitas análises objetivando um critério mais equitativo nas relações com os fornecedores, preservando a indisponibilidade do interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º A aplicação de multa e/ou outras sanções resultantes da caracterização das hipóteses indicadas nos artigos. 90, §5º, *caput*, artigos 162 e 156, da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações, que institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, no âmbito desta Autarquia, obedecerá ao disposto nesta Portaria, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para efeito desta Portaria, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a SAE e outra pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive autorizações de fornecimento, ordens de serviço ou notas de empenho, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito.

Parágrafo único. As contratadas que incidirem nas condutas reguladas na presente Portaria, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido no edital ou no contrato:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Art. 3º A aplicação das multas previstas nesta Portaria fica delegada à Gerência de Suprimentos.

Parágrafo único. Penalidades diversas das multas, assim como eventuais recursos, serão encaminhadas pela Gerência de Suprimentos à Diretoria para decisão final, em obediência aos Princípios do Devido Processo Legal e do Duplo Grau de Jurisdição.

Art. 4º Ficará dispensada a formalização em processo, registro contábil e cobrança administrativa de multa nos casos em que seu valor for considerado irrisório, o que será verificado após a realização dos cálculos pertinentes pela Área de Suprimentos.

§ 1º Para os fins desta Portaria, será considerado irrisório valor igual ou inferior a 1% sobre o valor do inciso II, art. 75 da Lei 14.133/21.

§ 2º Verificada a situação prevista no parágrafo anterior, deverá ser aplicada à contratada, de forma direta, a penalidade de Advertência, nos termos do art. 9º, desta Portaria.

Art. 5º As multas previstas nesta Portaria, quando for o caso, serão calculadas sobre os valores contratuais reajustados por índice oficial de inflação à data do inadimplemento e sua aplicação será da seguinte forma:

I – desconto sobre pagamentos eventualmente devidos pela SAE.

II – recolhimento por meio de Guia de Recolhimento emitida pela própria SAE;

III – desconto em garantia prestada quando da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

§ 1º Após o cálculo e registro efetivo da penalidade de multa, e inexistindo pagamentos devidos pela Administração, a contratada será notificada pelo Setor de Suprimentos da SAE para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de Guia de Recolhimento expedida pela SAE, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da confirmação do recebimento da respectiva notificação.

§ 2º Esgotado o prazo de que trata o § 1º deste artigo sem que haja o pagamento da multa aplicada e havendo garantia prestada na forma do art. 96 da Lei 14.133/21, será a seguradora ou fiadora notificada para proceder ao pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública.

§ 3º Não logrado êxito no recebimento do débito apurado, após os procedimentos descritos nos §§ 1º e 2º deste artigo, os valores devidos serão inscritos em dívida ativa, de acordo com os procedimentos legais.

Art. 6º A presente Portaria deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação, contratos ou equivalentes.

Parágrafo único. As disposições constantes desta Portaria aplicam-se, também, às contratações decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação, casos em que o documento firmado com a contratada deverá mencionar expressamente a aplicação da presente Portaria, para que não seja alegado o seu desconhecimento.

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Art. 7º A contagem dos prazos de entrega ou execução consignados nos ajustes será feita em dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

§ 1º Os prazos referidos no caput deste artigo só se iniciam e terminam em dias de expediente na SAE. Quando o término do prazo ocorrer em dia em que não houver expediente na SAE, o vencimento será prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente posterior.

§ 2º No caso de contratos enviados via correios, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo no primeiro dia útil após a data de assinatura do Aviso de Recebimento que acompanhará os contratos.

Art. 8º A contagem do período de atraso no cumprimento da obrigação será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, até o dia da sua efetivação ou da efetiva desistência da execução.

§ 1º Nos casos de quaisquer descumprimentos contratuais que envolvam certidões ou obrigações previdenciárias ou trabalhistas, o atraso será contado imediatamente após o término do prazo para cumprimento, ainda que o vencimento recaia em dias não úteis.

§ 2º Para fins legais, quando da entrega de materiais, será considerada como entrega imediata aquela que ocorrer em até 30 dias, consoante inciso X, art. 6º da Lei nº 14.133/21, contados na forma deste artigo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - DA ADVERTÊNCIA

Art. 9º A penalidade de advertência deverá ser formalmente aplicada como alerta para a adoção de medidas corretivas, com o objetivo de sanar faltas contratuais leves, quando o contratado descumprir obrigação contratualmente assumida ou desatender às determinações da execução do contrato.

§ 1º Serão consideradas faltas contratuais leves aquelas que não interfiram diretamente na execução do objeto e que não comprometam prazos e/ou serviços.

§ 2º A penalidade de advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

§ 3º É vedada a aplicação isolada da penalidade de advertência quando houver atraso na execução do objeto, exceto quando o valor da multa for considerado irrisório, nos termos do § 1º, art. 4º desta Portaria.

§ 4º A penalidade de advertência somente tem cabimento durante a vigência do contrato.

II - DAS MULTAS

II.1 - DA MULTA POR INEXEÇÃO PARCIAL OU TOTAL DO CONTRATO

Art. 10. A multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, a SAE poderá rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137, 138 e 139 da [Lei 14.133/21](#).

§ 1º Caso o atraso na execução do objeto alcance 45 (quarenta e cinco) dias, o Setor de Suprimentos deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, devendo instruir os autos para análise e deliberação da Diretoria.

§ 2º A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, nos termos definidos no edital ou no contrato.

§ 3º Na aplicação da multa a que se refere o § 2º, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues e os prejuízos causados à SAE, bem como a reincidência da contratada, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

§ 4º A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de até 20% (vinte por cento), a ser calculada sobre o valor total, nos termos definidos no edital ou no contrato.

§ 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no instrumento convocatório da licitação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, e ensejará a aplicação de multa compensatória nos termos do § 4º.

§ 6º As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas, exceto na situação descrita no § 7º deste artigo.

§ 7º Não haverá bis in idem nas situações em que a contratada entregar parte do objeto em atraso e não cumprir o restante da obrigação. Nesse caso, haverá a aplicação da penalidade de multa moratória, a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e a aplicação da penalidade de multa compensatória, a ser calculada sobre a parcela não entregue.

§ 8º A Administração, a seu critério, de forma fundamentada, poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observadas as disposições constantes dos arts. 137 a 139 da [Lei 14.133/21](#).

§ 9º A SAE exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do [Código Civil](#).

§ 10 Configurada a inexecução parcial ou total do objeto contratado, será aplicada, cumulativamente com a multa compensatória, a penalidade prevista no inciso III do art. 156 da [Lei 14.133/21](#).

§ 11 A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

Art. 11. A penalidade de multa compensatória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no art. 2º desta Portaria, observadas as ressalvas dos §§ 6º e 7º do art. 10.

II.2 - DA MULTA POR ATRASO NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Art. 12. A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I – 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
II – 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do trigésimo primeiro e até o quadragésimo quinto dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

§ 1º Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar a entrega ou a prestação do serviço contratado em desconformidade com o prazo estabelecido em contrato.

§ 2º Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, realizar-se-ão os procedimentos necessários para instruir a aplicação da multa, observados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Esgotados os procedimentos do art. 18 desta Portaria, caso as justificativas do contratado não sejam passíveis de afastar a penalidade indicada, ser-lhe-á aplicada multa moratória, observados os incisos I e II deste artigo, a ser calculada sobre o valor da parcela entregue ou executada em atraso.

§ 4º Para cálculo da multa prevista no caput deste artigo deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

III - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E DO IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A SAE

Art. 13. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a SAE por prazo não superior a dois anos, prevista no inciso III do art. 156 da [Lei 14.133/21](#), destina-se a punir a ocorrência de reiteradas faltas bem como o cometimento de faltas contratuais graves.

§ 1º Serão consideradas faltas contratuais graves aquelas que impliquem a rescisão unilateral do contrato.

§ 2º Na estipulação do prazo de suspensão, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

IV - DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Art. 14. A penalidade de declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, prevista no inciso IV do art. 156 da [Lei 14.133/21](#), tem por objetivo punir faltas contratuais gravíssimas.

§ 1º Serão consideradas faltas contratuais gravíssimas aquelas de natureza dolosa das quais decorram prejuízos ao interesse público, de difícil reversão.

§ 2º A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública durará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo determinado de sua efetiva aplicação.

Art. 15. A penalidade de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a SAE não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 16. O procedimento de aplicação de penalidades deverá ser instaurado pelo Setor de Suprimentos, depois de recebidos todos os documentos necessários à sua instrução, ressaltando que sua competência decisória é restrita à penalidade de multa e as demais penalidades de competência da Diretoria.

§ 1º A instrução inicial do procedimento de aplicação de penalidade administrativa compete ao Setor da SAE gestor da contratação, bem como do Almoxarifado SAE se for o caso.

§ 2º Compete ao Setor da SAE gestor da contratação, sempre que constatados indícios de qualquer ato ilícito praticado pela contratada ou diante da verificação de descumprimento de obrigações contratuais, comunicar o fato ao Setor de Suprimentos da SAE.

§ 3º Para cada fato, poderá ser autuado um processo administrativo apuratório de penalidade, exceto se justificada a autuação de processo único para as penalidades decorrentes de descumprimentos contratuais ocorridos no mesmo contrato.

Art. 17. O processo deverá ser instruído com os seguintes documentos, conforme o caso, sem prejuízo dos que poderão ser solicitados posteriormente pela autoridade competente nas fases de análise e decisão:

I – identificação dos autos do processo administrativo da licitação ou do processo de adesão a ata de registro de preços, dispensa ou inexigibilidade de licitação;

II – contrato, termos aditivos, ata de registro de preços, autorização de fornecimento (AF), ordem de serviços (OS), nota de empenho e/ou notas fiscais, conforme o caso;

III – manifestação acerca da confirmação do recebimento do Contrato (ou AF/OS) pela contratada;

IV – documentos que solicitaram eventuais prorrogações de prazo e as correspondentes decisões;

V – outros documentos considerados pertinentes para a instrução do processo.

Art. 18. Na instrução das penalidades a que se refere esta Portaria, deverão ser observadas as seguintes formalidades:

I – elaboração do relatório a que se refere o art. 19, caput, desta Portaria;

II - realização dos cálculos pertinentes pelo setor de Suprimentos, no caso de multas;

III – expedição de notificação ao contratado, por intermédio do Setor de Suprimentos, da intenção da SAE de aplicar-lhe penalidade;

IV – abertura de prazo para apresentação de defesa prévia bem como abertura de vista dos autos à contratada;

V – apreciação da defesa prévia pelo Setor de Suprimentos, que deverá elaborar manifestação fundamentada e abordar cada uma das razões apontadas pela contratada;

- VI – análise das razões da defesa prévia pela Assessoria Jurídica SAE, a qual deverá emitir parecer fundamentado sobre os aspectos jurídicos suscitados pela contratada;
- VII – decisão, em despacho fundamentado, pelo Gerente de Suprimentos, sobre a aplicação da penalidade;
- VIII – expedição de notificação do ato decisório ao contratado, por intermédio do Setor de Suprimentos;
- IX – abertura de prazo para interposição de recurso bem como abertura de vista dos autos à contratada;
- X – apreciação das razões do recurso pelo Setor de Suprimentos, que deverá manifestar-se, fundamentadamente, sobre cada uma das razões apontadas pela contratada;
- XI – análise das razões do recurso pela Assessoria Jurídica SAE, a qual deverá emitir parecer fundamentado sobre os aspectos jurídicos suscitados pela contratada, nos casos em que forem alegados fatos novos ou incluídos documentos não apresentados na fase de defesa prévia;
- XII – encaminhamento dos autos à Diretoria SAE;
- XIII – decisão da Diretoria SAE sobre o recurso interposto;
- XIV – notificação do contratado sobre o ato da Diretoria que decidiu o recurso, por intermédio do Setor de Suprimentos;
- § 1º O Setor de Suprimentos, ao notificar a contratada acerca da intenção da SAE de aplicar penalidade, deverá fazer constar na respectiva notificação:
- I – finalidade da notificação;
- II – penalidade que a SAE pretende aplicar;
- III – breve descrição do fato passível de aplicação de penalidade;
- IV – fundamentação legal e contratual da penalidade;
- V – forma e prazo para defesa;
- VI – informação da continuidade do processo independentemente da manifestação da contratada;
- VII – valores retidos ad cautelam, se houver;
- VIII – informação de que lhe é assegurada vista dos autos a qualquer tempo.
- § 2º O Setor de Suprimentos formalizará as notificações por meio de correio eletrônico, por aplicativo de mensagens ou por qualquer outro meio digital, devendo constar nos autos a data em que a empresa/contratada confirmou o recebimento da notificação.
- § 3º Não sendo possível notificar na forma do § 2º deste artigo, o Setor de Suprimentos formalizará as notificações por meio postal em carta registrada com aviso de recebimento – AR, devendo o AR, após devolvido pelos Correios, devidamente assinado pelo destinatário, ser juntado aos autos.
- § 4º O prazo para apresentação de defesa prévia ou recurso pela empresa/contratada será de cinco dias úteis, a contar da confirmação do recebimento das notificações a que se referem os incisos IV e IX do caput deste artigo, respectivamente.
- I - No prazo previsto no §4º, compete à contratada alegar em sua peça de defesa, toda a matéria de fato e de direito com que impugna a penalidade aplicada, devendo juntar as provas que comprovem suas razões.
- § 5º O prazo para apreciação da defesa prévia e do recurso pelo Setor de Suprimentos será de cinco dias úteis, a contar do recebimento dos autos do processo administrativo apuratório.
- § 6º No caso de penalidades diversas de multa, os recursos de que trata o art. 18 serão dirigidos diretamente à Diretoria SAE, por questão de competência decisória.

Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba

Art. 19. Na instrução inicial do procedimento relativo à aplicação de penalidades, o gestor do contrato deverá elaborar relatório no qual deverá comprovar o não atendimento das cláusulas e/ou condições pactuadas, indicar as penalidades específicas que deverão ser impostas e o dispositivo contratual violado, bem como apresentar documentos que demonstrem as providências tomadas para exigir o fiel cumprimento do contrato, submetendo-o à apreciação do Setor de Suprimentos, abstendo-se de realizar cálculos monetários.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O material recusado ou serviço executado em desacordo com o estipulado, deverá ser substituído ou refeito no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação da recusa.

Parágrafo único. A não ocorrência da substituição ou nova execução dos serviços ensejará a aplicação da multa estabelecida no art. 12 desta Portaria, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 21 O pedido de prorrogação de prazo para conclusão de obras, serviços ou para entrega de materiais, deverá ser encaminhado à Gerência de Suprimentos da SAE, antes do vencimento do prazo pactuado devidamente justificado.

§ 1º Setor da SAE gestor da contratação manifestar-se-á prévia e obrigatoriamente acerca da possibilidade de ser concedida a prorrogação ou da ocorrência de eventuais prejuízos.

§ 2º Concedida a prorrogação, deverá ser comunicado imediatamente o Setor de Almoxarifado ou Setor da SAE gestor da contratação.

§ 3º Concedida a prorrogação do prazo, se o contratado mesmo assim atrasar, a multa será aplicada desde o prazo inicial convencionado no ajuste, como se não houvesse sido concedida a prorrogação, aplicando-se todas as regras dispostas nesta Portaria.

Art. 22. As sanções previstas nesta Portaria são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra nem impede a sobreposição ou substituição, desde que avaliada a tipicidade da conduta lesiva, por outras sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/21.

Parágrafo único. Poderão ser instituídas penalidades adicionais nos editais de licitação da SAE, decorrentes da necessidade de regular a medição de resultado de obrigações específicas do objeto que será licitado.

Art. 23. Fica revogada a Portaria SAE 040/22.

Art. 24. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Publique-se e cumpra-se.



Marcelo Gonçalves de Moura
Diretor da Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba